DIARIO OFFICIAL

DA
REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XXIX—2.º DA REPUBLICA—N. 271

RIO DE JANEIRO

QUARTA-FEIRA 8 DE OUTUBRO DE 1890

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 803—DE 4 DE OUTUBRO DE 1890

Proroga por mais dous mezes os prazos estipulados nos decretos ns. 219 de 23 de fevreiro e 457 de 7 de junho do corrente anno

O generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu o Barão de Muniz de Aragão, concessionario por decreto n. 219 de 25 de fevreiro do corrente anno de um engenho central de assucar e alcool de canna no municipio da Cidade da Barra de Sergipe do Conde, denominado Maracangalha, de sua propriedade, no estado da Bahia e prorogad por decreto n. 457 de 7 de junho ultimo, resolve prorogar por mais dous mezes os prazos constantes do mencionado decreto.

Francisco Glicerio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, 4 de outubro de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

Francisco Glicerio.

DECRETO N. 809 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1880

Abre um credito de 600:000\$ para ser applicado a construcção de edificios proprios para o Pedagogium, Escola-modelo e Inspectoria Geral de Instrucção Publica.

O chefe do Governo Provisorio constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, Considerando:

Que entre os deveres que cabem ao governo da Republica figura em primeira linha o de curar da instrucção publica, base unica solida da prosperidade real de um povo, e objecto de attenção especial em todas as nações policiaadas;

Que todas as despesas feitas visando aquellas intuições não de ser largamente compensadas em futuro proximo:

Resolve abrir um credito de 600:000\$ para ser applicado a construcção de edificios proprios para o Pedagogium, Escola-modelo e Inspectoria Geral de Instrucção Publica, incluidas na mesma verba as despesas a fazer-se com os reparos do predio em que tem de funcionar provisoriamente a primeira daquellas instituções, com a acquisição de material escolar, e com desapropriações e indemnizações necessarias.

Despender-se-ha no corrente exercicio por conta deste credito a quantia de 150:000\$, e o restante nos tres exercicios futuros.

O general de brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 4 de outubro de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

DECRETO N. 813—DE 4 DE OUTUBRO DE 1890.

Altera a classificacão da comarca de Itapeperica, no estado de Minas Geraes

O chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica elevada a 2ª entrancia a comarca de Itapeperica, no estado de Minas Geraes.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 4 de outubro de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

M. Ferraz de Campos Salles.

DECRETO N. 814—DE 4 DE OUTUBRO DE 1890

Autorisa o Ministerio da Justiça para conceder licença com os vencimentos ao desembargador da Relação da Fortaleza, Antonio Firmo Figueira de Saboia, para tratar de sua saude

O chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo aos motivos allegados pelo desembargador da Relação da Fortaleza, Antonio Firmo Figueira de Saboia, decreta:

Artigo unico. E' autorisado o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça a conceder seis mezes de licença, com todos os vencimentos, ao desembargador da Relação da Fortaleza, Antonio Firmo Figueira de Saboia, para tratar de sua saude onde lhe convier, revogadas as disposições em contrario.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 4 de outubro de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

M. Ferraz de Campos Salles.

DECRETO N. 816—DE 4 DE OUTUBRO DE 1890.

Deroga o § 2º do art. 105 do regulamento annexo ao decreto n. 10201 de 9 de março de 1889.

O marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo que ás honras militares igualando o lente paizano ao militar da mesma graduacão deve caber a precedencia em actos escolares áquelle cujo titulo de maior categoria scientifica for mais antigo, tanto mais quando na reunião de lentes para servico do magisterio nada tem que ver a disciplina militar, resolve, de accordo com o parecer do Conselho Naval, exarado na consulta n. 6278 de 30 de setembro do corrente anno, que seja substituido neste sentido o § 2º do art. 105 do regulamento em vigor na Escola Naval, restabelecendo-se a disposiçao contida no art. 20 do regulamento annexo ao decreto n. 9611 de 26 de junho de 1886 e no art. 105 do regulamento annexo ao decreto n. 4720 de 22 de abril de 1871.

O vice-almirante Eduardo Wandenkolk, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, 4 de outubro de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

Eduardo Wandenkolk.

O generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo á avanzada idade e estado valedunario do ex-arcebispo da Diocese da Bahia D. Luiz Antonio dos Santos, Marquez de Monte Paschoal, bem assim aos relevantes servicos por elle prestados no desempenho de suas altas funcções ecclesiasticas, resolve conceder-lhe a pensão de 4:800\$ annuaes, equivalente á congrua que percebia; e manda que o dito pensionista seja incluído em folha e se lhe pague a referida pensão desde a data em que deixou de receber a respectiva congrua em virtude do decreto de 20 de junho de 1888, pelo qual foi accepta a resignação que fez do seu beneficio.

Sala das sessões do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil, 7 de outubro de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

José Cesario de Faria Alvim.

O generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, tendo ouvido o Ministro dos Negocios da Justiça a respeito do recurso de graça n. 2.225, do réo José Pedro de Assumpção, condemnado á pena de 14 annos de prisão simples pelo jury do termo da Parahyba do Sul, do estado do Rio de Janeiro, em sessão de 11 de outubro de 1881, por crime de homicidio praticado em 23 de março do mesmo anno, e considerando:

Que os escravos da fazenda de que o peticionario era feitor ao tempo do crime estavam indisciplinados e haviam pouco antes assassinado outro feitor, a quem fora aquelle substituir;

Que, logo depois de entrar em funcções o peticionario, se deu o conflicto, do qual resultaram a morte de um escravo e contusões na pessoa do feitor;

Que, submettido este a julgamento, o jury affirmou por nove votos que o réo praticara o crime em propria defeza, e tivera falta absoluta de outro meio menos prejudicial; negou, porém, que o aggreddido tivesse certeza do mal que se proposera evitar, e respondeu ao terceiro quizito da justificativa nestes termos:

« Não, por menoridade de votos; da parte do réo não houve provocação ou delicto que occasionasse o conflicto »;

Que o juiz, em vez de fazer voltar o conselho para rectificar as sus declarações, por estar a terceira em contradicção com a segunda, ser incongruente a quarta, e não se observar nellas a forma prescripta na lei, condemnou o réo no gráo médio do art. 193, por haver o jury reconhecido as aggravantes de superioridade em forças e armas;

Que sete dos jurados declararam ter havido equívoco de redacção, manifestando por escripto, que assignaram e foi junto aos autos, que nunca estivera no seu pensamento o negar ter havido da parte do aggreddido certeza do mal de que claramente reconheceram haver-se elle defendido pelo meio menos prejudicial á sua disposiçao, deixando, porém, de explicar a incorrecta expressão— menoridade de voto;— que torna inintelligivel a

decisão do jury sobre ter ou não procedido, da parte do réo, provocação ou delicto que occasionasse o conflicto;

Que assim firmou-se a condemnação do réo em interpretação dada ás respostas do jury, contra a qual protestou a maioria;

E, finalmente, que o réo já tem soffrido quase nove annos de prisão, onde se ha comportado bem, segundo attestam as competentes autoridades, e se acha na avançada idade de 72 annos:

Resolve perdoar-lhe o resto da pena.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Saia das sessões do Governo Provisorio, 4 de outubro de 1890.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

M. Ferraz de Campos Salles.

Ministerio do Interior

Por decretos de 7 do corrente mez :

Foi concedida ao Dr. Benjamin Antonio da Rocha Faria a exoneração que pediu do logar de inspector geral de hygiene e nomeado para o mesmo logar o Dr. Agostinho José de Souza Lima;

Foram aposentados, a pedido :

O cidadão Tacito de Sá Bethencourt e Camara, do logar de chefe da Secretaria da Assistencia Medico-legal de Alienados, com o ordenado por inteiro, visto contar mais de 31 annos de serviço ;

O Dr. José Francisco Frougeth, no extinto logar de commissario vaccinator do estado do Rio de Janeiro, com dous terços do respectivo vencimento, por contar mais de 30 annos de exercicio effectivo.

Ministerio da Marinha

Por decreto de 4 do corrente mez concedeu-se ao commissario geral da armada Olympio Ignacio Cardim, capitão de fragata, gradação de capitão de mar e guerra, de conformidade com o disposto no art. 33 do regulamento annexo ao decreto n. 703 do 30 de agosto ultimo.

Ministerio da Guerra

Por decretos de 6 do corrente:

Concedeu-se reforma, de conformidade com o artigo 4º do decreto n. 193A de 30 de janeiro do corrente anno, ao general de brigada graduado Ernesto Augusto da Cunha Mattos, ao coronel commandante do 15º batalhão de infantaria Honorato Candido Ferreira Caldas e ao tenente coronel do corpo de Estado Maior de 2ª classe João de Oliveira Mello;

Foram transferidos para o corpo de engenheiros, de conformidade com o artigo 4º da lei n. 3169 de 14 de julho de 1883, os capitães Pedro Severiano Pessoa de Andrade, do corpo de Estado Maior de 1ª classe e José Ferreira Maciel de Miranda do 1º batalhão de artilharia de posição; e para o corpo de Estado Maior de 1ª classe, de accordo com o artigo 6º da citada lei, o capitão do corpo de Estado Maior de artilharia Erico Augusto de Oliveira;

Concedeu-se troca de corpos entre si aos capitães Miguel Teixeira da Costa e Petronílio de Carvalho Rangel, este da 4ª companhia do 35º batalhão de infantaria e aquelle da 4ª companhia do 21º da mesma arma, e aos capitães Horacio Hermeto Bezerra Cavalcante e Marçal Figueira este da 4ª bateria do 5º batalhão de artilharia de posição e aquelle da 4ª bateria do 3º batalhão da referida arma.

Foi nomeado o capitão do corpo de Estado Maior de Artilharia, ex-professor da Escola Militar do estado do Ceará, Jonalhas de Mel-

lo Barreto para o logar de professor da 2ª aula do 2º anno do curso preparatorio da Escola Militar do estado do Rio Grande do Sul.

Ministerio da Instrução Publica, Correios e Telegraphos

Por decreto de 30 de setembro foi jubilado, a pedido, o professor cathedratico da 3ª escola publica da ilha do Governador, Antonio Estevão da Costa e Cunha, com o ordenado proporcional ao tempo de exercicio effectivo.

Por decreto da mesma data foi jubilado, a pedido, com o ordenado por inteiro e gratificação adicional de um terço de seus vencimentos, por contar mais de 25 annos de exercicio effectivo no magisterio, o professor da escola publica da freguezia de S. José, Antonio Candido Rodrigues Carneiro.

Em igual data foi revogado o decreto de 31 de dezembro do anno passado, pelo qual foi jubilado o professor da Escola Polytechnica, João Maximiano Mafra.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio do Interior

Por portaria de 6 do corrente mez, foi nomeado Aprigio Accarrachal de Almeida para o cargo de secretario do estado do Rio Grande do Norte.

Por outras de 7 tambem do corrente, foram nomeados:

Para o logar de chefe da Secretaria da Assistencia Medico-legal de Alienados o Dr. Domingos Lopes da Silva Araujo, director das colonias da Assistencia Medico-legal de Alienados, e para o logar que este exercia o Dr. Domingos Jacy Monteiro Junior, medico externo do Hospicio Nacional.

Expediente do dia 30 de setembro de 1890

Ministerio dos Negocios do Interior—1ª secção—Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1890.

Com officio de 13 do corrente mez, o governador do estado de Minas Geraes remetteu-me uma representação da intendencia municipal de Theophilo Ottoni acompanhado de um officio da de Caravellas, relativos ao imposto que esta municipalidade lançou sobre o café exportado não só daquelle municipio como de outras procedencias.

Estando as intendencias pela lei de sua criação sujeitas, no que toca a impostos, á razoavel interferencia dos governos dos estados, cabe-vos, na esphera das attribuições marcadas pelo decreto n. 7 de 20 de novembro de 1889, prover no actual regimen a tudo quanto possa concorrer para o desenvolvimento municipal nesse estado e ao equilibrio que o governo tem procurado manter entre as divisões politicas da Republica.

Contando, pois, com o criterio da administração desse estado, transmitto-vos os papeis referentes á questão, afim de que, examinados factos occorrentes e consultadas as verdadeiras necessidades dos reclamantes, resolvais, de accordo com o governador do estado vizinho, sobre a manutenção ou supressão do imposto de que se trata.

Saude e fraternidade.—José Cesario de Faria Alvim.—Sr. governador do estado da Bahia.

— Accusou-se o recebimento :

Do officio de 16 de setembro, com o qual o inspector geral interino de saude dos portos enviou copia de contracto celebrado, em virtude do aviso de 29 de agosto ultimo, com a companhia Lloyd Brasileiro para fornecer e assentar uma caldeira de aço Siemens Martin no vapor *Paula Candido* pertencente ao serviço daquelle inspectoría;

Do aviso do Ministerio das Relações Exteriores, de 23 do primeiro dos citados mezes, ao qual acompanhou copia do officio que em data de 18 do dito mez de agosto dirigiu ao mesmo ministerio o consul geral do Brazil em Alexandria, communicando as medidas quarentenarias alli adoptadas por haver apparecido o cholera-morbus na Arabia.—Remetteu-se a copia do officio ao inspector geral interino de saude dos portos.

— Agradeceu-se ao director da Directoria Geral de Estatistica de Roma o offerecimento que fez, por intermedio do engenheiro Manoel Maria de Carvalho, de todos os trabalhos relativos ao ultimo recenseamento na Italia.—Deu-se conhecimento ao mesmo engenheiro.

— Declarou-se ao encarregado de negocios do Brazil em Paris que foram approvados os contractos celebrados, em virtude do aviso de 12 de julho ultimo pelo consul geral do Brazil naquella cidade com cinco enfermeiras para o serviço da secção das mulheres no Hospicio Nacional de Alienados da Capital Federal, e recommendou-se-lhe signifique ao dito consul os agradecimentos do governo pelo bom desempenho da commissão de que foi incumbido.

— Remetteram-se :

Ao inspector geral de Hygiene, com destino á biblioteca da inspectoría, exemplares do boletim sanitario do dito mez publicado pela directoria de saude publica do ministerio do interior do reino da Italia e do hebdomadario viennense « Das österreichische sanitätswesen ;

Ao Conselho de Intendencia Municipal, para tomar na devida consideração que merecer, o requerimento em que a Companhia Promotora da Industria e Melhoramentos propõe-se a executar um plano geral de saneamento da Capital Federal, mediante os favores que menciona.

— Requisitou-se ao Ministerio da Fazenda a expedição de ordem para que a quantia de 1:186\$098, recolhida ao Thesouro Nacional pelo inspector geral interino de saude dos portos em 30 de agosto ultimo e proveniente de desinfecções feitas em diversos vapores no Lazareto da Ilha Grande, seja annullada na verba—Socorros publicos—do actual exercicio.

Requerimentos despachados /

Constantino Serveti.—Requeira ao director da Casa de S. José.

Frederico Carlos da Cunha e outros.—Não ha que deferir.

Ministerio da Justiça

Por portarias de 6 do corrente :

Foi exonerado o cidadão Dr. João Baptista de Castro do cargo de subdelegado do 2º districto da freguezia de Santa Rita, por assim o haver pedido, sendo nomeado para o substituir o cidadão Alfredo de Azevedo Vieira.

Foram prorogadas:

Por tres mezes, com o ordenado a que tiver direito, a licença ultimamente concedida ao bacharel Francisco da Silva Saldanha, juiz de direito da comarca de Itapemirim, no estado do Espirito Santo, para tratar de sua saude ;

Por igual tempo, nas mesmas condições e para fim identico, a concedida ao bacharel Candido Fernandes da Costa Guimarães, juiz de direito da comarca do Parahybuna, no estado de S. Paulo.

Por portarias de 7 do corrente :

Foi declarada sem effeito a portaria de 23 do mez findo, que nomeou o cidadão Manoel Marques Pinheiro para servir o officio de escrivão de ausentes da 2ª vara desta capital, durante o impedimento do respectivo serventuario, cidadão Horacio Belfort Sabino, visto não haver acceitado a referida nomeação;

Foi nomeado o cidadão Antonio José da Rocha para servir o mesmo officio durante o im-

pedimento daquelle serventuario, a quem foram concedidos seis mezes de licença, por portaria de 23 do mez findo;

Concederam-se quatro mezes de licença, com todos os vencimentos, de conformidade com a autorisação contida no decreto n. 775 de 20 de setembro findo, ao desembargador da Relação de Belém José Antonio Rodrigues, para tratar de sua saúde.

Ministerio dos Negocios da Justiça— 2ª secção— Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1890.

Por estar de accordo com a decisão deste ministerio de 24 de maio, publicada no *Diario Official* de 10 de junho ultimo, approvo o acto pelo qual, conforme consta do officio daquelle data, declarastes ao 4º juiz de paz da capital que não tendo ainda comparecido para assumir o exercicio de seu cargo o juiz dos casamentos estando incompatibilizados o 1º e 2º juizes de paz e sendo o 3º fallecido, cabia a elle exercer as funções de juiz de casamentos quanto á presidência do acto, e ao juiz de direito tomar conhecimento dos impedimentos, em vista do disposto no art. 110 do decreto n. 181 de 24 do janeiro deste anno.

Saude e fraternidade.—*M. Ferraz de Campos Salles*.— Sr. governador do estado de Santa Catharina.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª secção—Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1890.

Declaro-vos, para o fazer constar ao 3º juiz de paz da parochia do Machadinho, em resposta á consulta por elle dirigida ao Ministerio do Interior:

1.º que a nomeação do escrivão de paz compete ao juiz de paz a quem couber o exercicio durante o anno;

2.º que embora não seja conveniente a nomeação de pessoa que exerça profissão particular, como a de pharmaceutico, nenhuma lei a prohibe; incumbindo ao juiz providenciar quando verifique que o serviço publico é prejudicado pelo particular.

Saude e fraternidade.—*M. Ferraz de Campos Salles*.—Sr. governador do estado de Minas Geraes.

REQUERIMENTO DESPACHADO

Dia 6 de outubro de 1890

Bacharel Emygdio José Martins de Azevedo Sá.— Indeferido, porque o supplicante não provou o effectivo exercicio no cargo de juiz de direito por mais de 10 annos para ter direito á aposentadoria nos termos do art. 29, § 10 da lei de 20 de setembro de 1871, conforme a intelligencia fixada pela resolução de consulta de 20 de março de 1886; e requer a aposentação com todos os vencimentos sem prova das condições exigidas pelo direito de 9 de outubro de 1886.

Ministerio da Fazenda

Por titulos de 6 do corrente mez, foram nomeados:

Primeiro escripturario da Thesouraria de Fazenda do estado do Rio Grande do Sul o 2º João Celestino Salvatori;

Segundo dito da mesma thesouraria o 3º Manoel Luiz de Magalhães;

Terceiros ditos o praticante da Alfandega de Porto Alegre Godofredo Velloso da Silveira e o official de descarga extinto da mesma alfandega Ernesto José de Carvalho;

Praticante da Alfandega de Porto Alegre Frederico José da Silva Póvoas Filho;

Segundo escripturario da alfandega do estado do Pará o 3º Antonio Oscar Tavares da Costa;

Terceiro dito da mesma alfandega o official de descarga da Parahyba Adolpho Ferreira Baltar;

Segundo dito da Alfandega do estado de Pernambuco o 2º da do Pará Luiz Elesbão de Miranda;

Segundo dito da Thesouraria de Fazenda do estado do Maranhão o 3º Miguel de Souza Marques;

Terceiro dito da mesma thesouraria o official de descarga extinto da alfandega Carlos Octaviano de Moraes Rego;

Primeiro escripturario da Thesouraria de Fazenda do estado de S. Paulo o 2º Manoel Zeferino dos Santos;

Segundo dito da mesma thesouraria o 3º Miguel Archanho Galvão Sobrinho;

Terceiro dito o praticante João José da Costa Junior;

Praticante da Alfandega de Santos, Francisco Gomes da Silva;

Praticantes da Thesouraria de Fazenda do estado de S. Paulo: Arthur Barroso de Rezende, Constanção Augusto Godinho e Arthur Cesar da Silva Whythaker.

Por titulos da mesma data, foram aposentados a seu pedido, o primeiro escripturario da Thesouraria da Fazenda do estado do Rio Grande do Sul Antonio José da Silva Guimarães e o primeiro escripturario da de S. Paulo João Francisco da Silva Portinho, com o vencimento que lhes competir na forma da lei.

Expediente do dia 30 de setembro de 1890

Communicou-se ao Ministerio da Justiça, que os emolumentos do logar de juiz substituto da comarca de Pirahy foram lotados em 100\$ annuaes.

— Devolveram-se ao Ministerio da Agricultura os estatutos da Companhia Central Paulista e declarou-se ao mesmo ministerio que a referida companhia não pôde emitir letras hypothecarias, nos termos do art. 20 do decreto de 31 de julho e avisos de 12 e 14 de agosto ultimos, dirigidos ao governador do estado de S. Paulo, publicados no *Diario Official* em 15 e 17 do mesmo mez.

— A' Alfandega do Rio de Janeiro communicou-se que foi designado o praticante da mesma repartição Annibal de Souza Castro, para servir como auxiliar da commissão do exame de contas relativas á verba — Socorros publicos — no estado do Ceará.

— Autorizou-se á Caixa de Amortização para entregar as quantias de 2.800.000\$ ao Banco Nacional do Brazil e 744.000\$ ao Banco União de S. Paulo, visto terem depositado o primeiro a somma de 1.400.000\$ em ouro e o segundo dos ditos bancos a de 744 apolices geraes da divida publica, no valor nominal 1:000\$ cada uma.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

Companhia Manufactora de Rendas, pedindo restituição de direitos pagos pelas machinas importadas para o estabelecimento de sua fabrica.—Deferido.

D. Candido da Silva Fontainy, pedindo abono de gratificação pelos serviços extraordinarios que allegou estar prestando na qualidade de porteiro da Imprensa Nacional.—Indeferido.

Gil Carlos de Almeida pedindo isenção de direitos para a Pozzolana, caso tenham de ser creados.—Não ha que deferir.

Joaquim da Silva Chaves, representado por seu tutor, Liberato José Feliciano da Silva Kelly, pedindo pagamento do meio soldo que sua fallecida mãe deixou de receber.—Deferido.

D. Joaquina Nathalia Velho da Silva pedindo licença para vender a Rodolpho Ernesto de Abreu os predios ns. 51 da travessa do Desterro, 20 e 22 da praia da Lapa.—Concedida nos termos do parecer.

D. Maria Vial Quartim pedindo comprar pela avaliação o terreno junto ao seu predio da rua do Riachuelo n. 47, onde existe um pequeno chafariz.—Deferido.

Miguel Ribeiro Lisboa e outro pedindo fundar nesta cidade um entreposto, no genero dos que os inglezes chamam «Intercourse of trade», mediante a facultade de emissão de bilhetes de mercadorias.—Indeferido.

Engenheiro Tito Barreto Galvão pedindo diversos favores para a empreza de transformação da rua Sete de Setembro, juntando para isso os documentos exigidos por despacho de 19 do proximo passado.—Indeferido.

— Urselino Ferreira Braga, pedindo pagamento da quantia de 600\$, por quanto foi libertada sua ex-escrava Mafalda.—Deferido.

Ministerio da Marinha

Expediente do dia 4 de outubro de 1890

Ao Quartel General devolvendo os papeis que acompanharam o officio n. 427 de 1 do corrente mez e recommendando seja enviada ao chefe de policia desta capital cópia do officio do director da repartição meteorologica, sobre a queixa de José Joaquim Pereira, de ter sido espancado por dous marinheiros nacionaes ao serviço daquelle repartição, e ordenando seja solto o marinheiro preso até segunda ordem.

—Ao Ministerio da Agricultura:

Traesmittindo, por cópia, a informação prestada pelo directoria geral da Repartição Hydrographica, acerca do requerimento em que o capitão-tenente Collatino Marques de Souza pede para destruir o baixio das Feiticeiras e outras pe-lras submersas que circumdam a ilha das Euxadas, e construir com esse material uma ilha no banco do Chapéo de Sol, no porto desta capital.

Consultando si podem ser cedidos para o arsenal de marinha desta capital mil metros de trilhos servidos sem mais applicação alli.

—A' inspecção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, determinando que providencie afim de que, com urgencia o serviço extraordinario consecutivo noute e dia, se executem no talhamar do vapor *Glanhafoen* os reparos que forem indicados pelo engenheiro gerente da fabrica da Gambôa, á conta da qual correrão todas as despesas.

—A' Intendencia, declarando que dos artigos pedidos pela flotilha do Amazonas pôde remetter os que existirem em deposito.—Communicou-se ao Quartel General.

—Ao governador do estado de Santa Catharina, declarando não convir prorogar o contracto com os negociantes Rodolpho Solin & Rosa, visto ir de encontro ás vantagens que de futuro possam offerecer as concurrencias.

—Ao Barão de Corumbá, recommendando que indague em quanto importará um guindaste movel com os sobressalentes de que trata a directoria do Conselho Naval do arsenal de marinha da capital no officio que por copia se lhe remette e por telegramma responda afim de resolver-se á cerca da aquisição.

Dia. 6

Ao governador do estado da Bahia, declarando acceder ao pedido feito pelo director do Archivo Publico desse estado, para recolher ao mesmo archivo, documentos que existindo no Arsenal de Marinha, possam ter interesse historico.— Nesse sentido expediu-se aviso ao inspector do Arsenal de Marinha.

—Ao governador do estado de Santa Catharina, declarando que, visto não constar que o fallecido 1º cirurgião da armada Dr. Hermogenes de Miranda Ferreira Souto houvesse, no curto prazo que esteve na marinha, prestado serviços relevantes ao paiz, não pôde ser attendido o pedido de pensão de sua viuva, sem que esse precedente acarrete novas pretensões em detrimento dos cofres publicos.

—A' Contadoria, autorizando a adeantar a importancia de tres mezes de soldo, para fazer uniformes, ao machinista de 3ª classe extranumerario Miguel Moreira da Silva Junior, embarcado no rebocador *Lima Duarte*, no Rio Grande do Sul.

Ministerio dos Negocios da Marinha — N. 3.037—2ª secção— Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1890.

Tenho presente o vosso officio n. 445 de 3 do corrente, relativamente á limitação de licenças ás praças do encouraçado *Riachuelo*, cuja permanencia a bordo pôde originar o apparecimento do beriberi, segundo affirma o respectivo cirurgião.

Comquanto julgue procedentes as ponderações do dito cirurgião, não é com o alargamento do numero de licenças, as quaes, em consequencia do serviço, não poderão ultrapassar do certo limite, que evitar-se-ha aquella molestia, o sim prevenindo a agglomeração ou excesso de pessoal nas cobertas.

Assim, sem alterar as ordens sobre as licenças, de que trata o aviso de 11 de agosto ultimo, e attendendo aos inconvenientes que dellas possam resultar, como no caso presente, recommendo que, conservadas a bordo as praças que forem indispensaveis ao serviço, sejam as restantes recolhidas ao Corpo de Marinheiros Nacionaes, sem todavia ficarem desligadas dos navios a que pertencerem.

Saude e fraternidade.—*Eduardo Wandenholtz*—Sr. Chefe do Estado Maior General da Armada.

— A' inspecção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro :

Declarando que as modificações propostas pelo engenheiro A. G. de Mattos, director das officinas da Companhia Lloyd Brasileiro, nos planos do casco e machina do rebocador, cuja construcção está confiada á citada companhia, alteram muito o corredor ou passagem no convex entre a escotilha da caldeira e a borda, e sendo isso inconveniente, deve a mesma companhia cumprir as clausulas do contracto.

Mandando annunciar o recebimento de propostas para os concertos necessarios na lancha a vapor da divisão de torpedeiros, que sendo abalroada pelo rebocador *Gamo*, soffreu avarias, que serão indemnizadas pela firma social de Wilson, Sons & Comp., proprietaria da dita embarcação. — Communicou-se ao Quartel-General e á Capitania.

Mandando organizar, com urgencia, orçamento dos concertos necessarios no edificio que serve de quartel do guarda das madeiras depositadas na ilha do Bom Jesus.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

João Corrêa da Silva.—A' vista do parecer do Conselho Naval, indeferido.

Augusto Hildewrth.—Indeferido.

Frederigo Vierling & Comp.—Sendo a casa quasi que especial nos artigos que fornece, não deve reccar a concorrência e nesta é bem provavel advir vantagem para o Estado.

Manoel Gomes de Oliveira.—Compareça na Secretaria.

Antonio Henrique.—Requeira pelos canaes competentes.

Ministerio da Guerra

Por portaria de 4 do corrente, foram concedidos tres mezes de licença, com o respectivo ordenado, ao official da Secretaria do Conselho Supremo Militar tenente reformado do exercito Augusto Gonçalves Gomide, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Ministerio da Agricultura

Por portaria de 6 de outubro, foi transferido o cidadão Augusto Napoleão de Saint Brisson do logar de agrimensor da commissão que funciona na ex-colônia Caxias para igual cargo na que existe no municipio de S. Jerônimo, no estado do Rio Grande do Sul, percebendo os vencimentos que lhe competirem.

Por acto de igual data, foi exonerado, a seu pedido, o engenheiro Alberto de Noronha Torresão do cargo de chefe da commissão de terras de Santa Cruz do Rio Pardo, no estado de S. Paulo.

Por portarias de 7 do corrente:

Foram concedidos tres mezes de licença com vencimento na forma da lei, ao cidadão Antonio Francisco Mursa, telegraphista de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, para tratar de sua saude onde lhe convier ;

Foi prorogada por 90 dias, a licença nas mesmas condições, em que se acha o cidadão José Godoy de Vasconcellos, amanuense da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, para o mesmo fim ;

Foram concedidos dous mezes de licença, com vencimento na forma da lei, ao engenheiro José Antonio Rodrigues Vianna, chefe da locomoção do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas — Directoria do Commercio — 1ª secção—N. 106 — Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1890.

Declaro-vos, em solução ao vosso officio de 3 de julho ultimo, n. 17, que approvo o contracto celebrado entre a Thesouraria de Fazenda desse estado e os cidadãos Luiz Guedes de Amorim e Adolpho da Costa Amorim, para a navegacão do rio Araguaya, que acompanhou aquelle officio ; ficando, porém, supprimida a parte final da clausula XI, que assim determina:— « Esta caução vencerá os juros da lei. »

Saude e fraternidade.—*Francisco Glicerio*. —Ao Sr. governador do estado do Goyaz.

CONTRACTO A QUE SE REFERE O AVISO DESTA DATA, N. 106 (CÓPIA)

Contracto celebrado com os negociantes desta praça Luiz Guedes de Amorim e Adolpho da Costa Amorim, para execucao do serviço da navegacão do rio Araguaya, desde Leopoldina até S. José dos Martyrios, e estabelecimento de um nucleo colonial entre Santa Maria do Araguaya e Leopoldina

Aos 18 dias do mez de junho de 1890, nesta cidade de Goyaz, na sala da Secção do Contencioso da Thesouraria de Fazenda, presente o cidadão procurador fiscal, Dr. José Joaquim de Souza, compareceram os cidadãos Luiz Guedes de Amorim e Adolpho da Costa Amorim, negociantes desta praça, e declararam que vinham contractar o serviço da navegacão do rio Araguaya, desde o porto de Leopoldina até o presidio de S. José dos Martyrios, e bem assim o estabelecimento de um nucleo colonial entre Santa Maria do Araguaya e Leopoldina, conforme a proposta que apresentaram e foi aceita pela Junta de Fazenda e approvada pelo cidadão governador deste estado, que mandou fazer o contracto, como consta do despacho de 2 do corrente, que obrigam-se cada um *in-solidum*, a fazer aquelles serviços, de accordo com as clausulas publicadas no *Correio Official* de 5 de abril ultimo, e outras, que são as seguintes:

I

Ficam obrigados os contractantes, por si ou pela associacão que organizarem, a estabelecer o serviço para dar regularmente seis viagens redondas annuaes, entre a povoação de Leopoldina e o presidio dos Martyrios, devendo ser as viagens realisadas por vapor de Leopoldina a Santa Maria e deste ponto aos Martyrios por barcos movidos a braços (botes).

Por este serviço os contractantes perceberão uma subvencão de mil trescentos e oitenta e dous réis (1\$382) por kilometro navegado, de conformidade com outras clausulas deste contracto.

O pagamento da subvencão será feito trimestralmente, e depois de haverem provado perante o governo e a repartiçào fiscal ter dado plena execucao ao contracto, no trimestre a que se referir a quantia a receber.

Serão comprovadas as viagens com attestados das autoridades civis ou militares dos diversos pontos de escala.

Os attestados deverão mencionar os dias de partida e chegada, em cada logar, dos vapores ou botes.

II

As partidas dos vapores da Leopoldina, ponto inicial da navegacão, serão nes mezes de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro ; e as dos botes, de Santa Maria, logo após a chegada dos vapores áquelle ponto.

Fica reservada ao governo a faculdade de abreviar ou demorar as viagens, isto é, alterar os prazos prefixados para as partidas, ficando entendido que só em casos muito especiaes lançará mão desta faculdade.

Aos contractantes é expressamente vedado alterar estes prazos, sob pena de pagar a multa de cem mil réis por dia de demora ou de antecedencia.

Serão considerados portos de escala, a partir de Leopoldina : S. José do Araguaya, foz do Crixás, Santa Maria e S. José dos Martyrios.

A demora nos portos de escala será regulada nas tabellas dos fretes e passagens.

Cada viagem redonda não poderá exceder, entre ida, estada e vinda, a quatro mezes.

III

A falta de qualquer viagem importará desconto da subvencão equivalente á mesma, e a interrupção do serviço por mais de seis mezes dará logar á rescisào do contracto.

Quando, por força maior, a juizo da repartiçào fiscal, não se realisar toda a viagem e apenas parte della, os contractantes só terão direito á quota correspondente á viagem feita.

Para execucao desta clausula regular-se-ha pela seguinte tabella de distancia :

= De Leopoldina a S. José do Araguaya 198 k ;
De S. José do Araguaya á foz do Crixás 66 k ;

Da foz do Crixás a Santa Maria 1.056 k ;
De Santa Maria a S. José dos Martyrios 488,4 k .

Só terão os contractantes direito á indemnisação pelas viagens não concluidas quando estas se realisarem até qualquer dos portos de escala, não levando em conta os kilometros que percorrer o barco em demanda de outro porto de escala, uma vez que o não alcance.

IV

Os vapores empregados no serviço terão a força necessaria para rebocar até 60.000 kilogrammas de carga, e os botes jamais deverão ter arqueação inferior a 15.000 kilogrammas.

Os contractantes não empregarão no serviço de navegacão vapores ou botes que não preencham todas as condições de segurança, sob multa igual ao valor da viagem, ficando igualmente responsavel por quaesquer prejuizos, resultantes da imprevidencia ou imprudencia da tripolação, e ainda ás penas da lei, em caso de desastre devido ás causas acima assignaladas.

Em caso de perder-se ou inutilisar-se de todo um ou mais dos vapores, por força maior, a substituição far-se-ha conforme os contractantes accordarem com o governo.

V

Os fretes e passagens serão regulados por tabellas organizadas pelos contractantes e approvadas pelo governo do estado.

Os fretes da Leopoldina a Martyrios não poderão, entretanto, exceder, no maximo, a mil réis por 15 kilogrammas, no transporte de objectos de exportação e de tres mil réis pelo mesmo peso nos de importação.

Os fretes para os pontos intermediarios dos extremos da linha do navegacão, deverão ser

proporcionaes ás respectivas distancias, combinadas com as classes — importação e exportação.

Os fretes dos productos do estado não destinados à exportação pagarão a taxa minima. Cada passageiro terá direito ao transporte da sua bagagem, com tanto que o peso desta não exceda a 90 kilogrammas para os de 1ª classe e a 45 kilogrammas para os de 2ª.

As cargas deverão ser entregues nos trapiches ou armazens do serviço, até 24 horas antes da partida dos vapores ou botes, e os passageiros deverão estar a bordo a hora marcada para a partida.

O transporte da força publica terá uma redução de 50 % sobre o consignado na tabella organizada pelos contractantes, e de 20 % para os passageiros de Estado.

As materias inflammaveis só poderão ser transportadas em botes, vapores ou outros quaesquer barcos especiaes para este fim destinados.

VI

Em cada barco (vapor ou botes), tanto na subida como na descida, os contratantes são obrigados a conduzir gratuitamente:

- 1.º Cargas para o serviço da catechese até 1.500 kilogrammas;
- 2.º As malas do correio;
- 3.º Toda e qualquer correspondencia dos pontos de escala;
- 4.º Quaesquer valores remettidos por ordem do governo de um para outro ponto;
- 5.º Os officiaes incumbidos do pagamento dos presidios ou colonias militares, à margem do rio;
- 6.º Os missionarios, capellães ou empregados do serviço da catechese;
- 7.º Indigenas que viajarem em serviço, não excedendo de seis em cada viagem;
- 8.º O governador do estado, seus prepos- tos, empregados da repartição fiscal e respectivas comitivas que, em objecto de serviço publico, tiverem de percorrer em parte ou na sua totalidade, a linha de navegação.

Na obrigação de passagens não está incluída a de comelorias, que serão pagas pelos passageiros ou pelo governo, quando se tratar de indigenas, na razão de mil e quinhentos réis diarios, para a primeira classe, e sete centos e cinquenta réis para a de segunda.

A alimentação a bordo será sadia e abundante.

VII

O contrato terá a duração de cinco annos, reservando-se ao governo o direito de rescindir-o, desde que os contratantes neguem-se a observar uma ou mais clausulas do mesmo.

VIII

Todo o material existente em Leopoldina e que pertenceu aos passados serviços, depois de minuciosamente inventariado, será entregue aos contratantes.

Os contractantes poderão utilizar-se para execução do contracto, de todo e qualquer material, correndo, porém, por conta dos mesmos, a despeza que porventura sejam obrigados a fazer, não só em preparar barcos para pô-los em estado de navegar, como com a conservação do material que receber, o qual é obrigado a entregar, findo o prazo do contracto.

IX

Ficam os contractantes obrigados a fundar entre Leopoldina e Santa Maria, no local indicado pelo governo, um nucleo colonial, composto de cem familias nacionaes de quatro pessoas pelo menos cada uma.

Annualmente deverão estabelecer 20 familias, das quaes correr-lhes-ha o dever, não só de promoverem o primeiro estabelecimento, como ainda a manutenção dentro do primeiro anno.

Este nucleo será subordinado ao regulamento que o governo organizar.

Pela obrigação constante desta clausula os contractantes perceberão uma subvenção de 10:000\$ annual ou de 500\$ por familia.

Só terão direito à subvenção, depois de provarem, no fim de cada anno, haver localisado o numero de familias acima indicado. Quando não consigam estabelecer no anno as 20 familias, só receberão a subvenção proporcional ao numero das que effectivamente tiverem sido localisadas.

X

Os contractantes ficam sujeitos mais ás seguintes multas, que serão applicadas pelo fiscal com recurso para o governo:

1.ª Da quantia igual a subvenção respectiva, si deixar de ser effectuada alguma das viagens estipuladas.

2.ª De 100\$ a 500\$ pela supressão de qualquer escala, bem como pela demora, extravio ou má acondicionamento das malas ou quaesquer objectos pertencentes ao governo, sem prejuizo da indemnisação que de direito for devida, segundo as leis.

XI

Este contracto só vigorará depois do approvedo pelo governo federal.

Satisfeita a condição acima, a entrega do material só se effectuará depois de haverem os contractantes feito na Thesouraria de Fazenda uma caução em dinheiro de 10 % do valor total da subvenção de um anno.

XII

Caso o governo, por motivo de conveniencia de serviço publico ou concessão a particulares, resolva fazer cessar a execução do serviço, que faz objecto do contracto, terão os contractantes direito a uma indemnisação, no maximo, igual a 10 % do valor da subvenção ainda a receber.

Esta indemnisação, porém fica subordinada e dependente do exame e juizo da repartição fiscal, ouvido os contractantes.

— Aceito de parte a parte o contracto nos termos expostos, lavrou-se o presente termo, que, depois de lido e achado conforme, assignaram os mesmos cidadãos Dr. procurador fiscal e os negociantes Luiz Guedes de Amorim e Adolpho da Costa Amorim. Sendo este contracto de quantia incerta, pagar-se-ha o sello proporcional sobre cada importancia liquida a receber pelos referidos serviços. E eu, José Ignacio da Luz Azeredo, primeiro escripturario, designado para servir nesta secção, lavrei este contracto. — José Joaquim de Sousa. — Luiz Guedes de Amorim. — Adolpho da Costa Amorim.

Confere. — J. S. Lobato.

Conforme. — Augusto Ferraz, chefe da 1ª Secção da Directoria do Commercio da Secretaria da Agricultura.

DIRECTORIA DA AGRICULTURA

Expediente do dia 7 de outubro de 1890

Declarou-se à Inspectoria Geral das Terras e Colonização, ter sido approvedo o acto, no qual contractou com J. J. Pereira, a construção de uma barraca com as mesmas dimensões do armazem existente na Ilha das Flores, para accomodações de immigrants.

DIRECTORIA DO COMMERCIO

Expediente do dia 6 de outubro de 1890

Devolveu-se ao governador do estado de Minas Geraes, para que seja informado, de accordo com os termos da circular de 21 de maio do anno proximo passado, o requerimento em que Manoel Pereira de Mello Viana e outros solicitam permissão para explorar carvão de pedra no municipio do Pará.

— Foram a informar :

Ao mesmo governador, o requerimento de João Antonio Felicio dos Santos e outro sobre exploração de mineraes auriferos no municipio do Serro;

Ao de Santa Catharina, o do Dr. Joaquim da Silva Nazareth sobre exploração de ferro, cobre e outros mineraes do municipio da Laguna.

— Recommendou-se ao procurador dos Feitos da Fazenda Nacional, que seja aberto inquerito a respeito dos factos allegados na representação do chefe da estamperia das officinas da Imprensa Nacional contra o privilegio concedido a Paulo Theodoro Robin pelas patentes ns. 929 e 930 de 3 de setembro ultimo, afim de que seja promovida a annullidade das mesmas patentes, caso fique provada a infracção do n. 2, § 1º, art. 1º da lei n. 3129 de 14 de outubro de 1882.

DIRECTORIA DAS OBRAS PUBLICAS

Expediente do dia 1 de outubro de 1890

Solicitou-se do Ministerio da Fazenda as providencias necessarias para que seja remettida a este ministerio com destino à 2ª directoria das Obras Publicas a colleção completa do Anuario do Observatorio Astronomico desta capital.

Dia 2

Solicitou-se do governador do estado do Rio de Janeiro as informações que foram pedidas acerca do requerimento de José No greiros de Almeida Sarinho e que acompanhou o aviso n. 9, de 11 de março do corrente anno, tratando da abertura de um porto na barra do rio Parahyba do Sul.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

Dia 6 de outubro de 1890

— Joaquim da Costa Leite propondo-se a fundar, por si ou empresa, vinte nucleos agricolas de 1.000 familias de colonos nacionaes e estrangeiros. — Indeferido.

— Victorino Coelho Pereira e o Dr. Genuino Mancebo, pedindo concessão para organizar uma empresa, no prazo de 90 dias, para localisação de immigrants em terras devolutas, no estado do Espirito Santo e terrenos limitrophes de Minas Geraes, de accordo com o decreto n. 528 de junho ultimo, para estabelecimento de 10 nucleos para 1.000 familias cada um. — Indeferido.

— Manoel José Teixeira e L. Carlos de Moura, pedindo permissão para localisar 5.000 familias de colonos nacionaes e estrangeiros, nos estados do sul da Republica, mediante os favores do decreto n. 528 de 28 de junho ultimo. — Indeferido.

Dia 7

Rodrigo Alves da Silva Carvalho e Alfredo Augusto de Carvalho, pedindo garantia de juros sobre o capital de 800:000\$ para estabelecimento de um engenho central de diffusão. — Indeferido.

Companhia Industrial Italo-Santista, pedindo approvação dos estatutos. — Deferido, compareça na directoria central para pagamento do sello.

Dr. Gastão de Aragão e Mello, pedindo privilegio para o remedio de sua invenção denominado Ante-beriberico. — Idem, idem.

José Teixeira Marques, pedindo certidão de melhoramento para a sua invenção privilegiada pela carta patente n. 927. — Apresente a carta patente a que se refere.

Honorio Lima, pedindo permissão para explorar kaolin nos municipios de Angra dos Reis e Paraty, estado do Rio de Janeiro. — Declare si os terrenos são devolutos ou particulares.

José Augusto Teixeira Tostes, idem idem na freguezia de Irajá, do districto Federal. — Declare si são particulares ou de sua propriedade os terrenos em que pretende fazer a exploração.

Gregorio Jeronymo da Silva e outro, pedindo privilegio e garantia de juros para construção de uma estrada de ferro, que, partindo da villa de S. Francisco, vá a capital do estado de Goyaz. — Indeferido.

Gazeta da Tarde, pedindo pagamento de 172\$, pela publicação do decreto n. 524 de 21 de junho. — Indeferido. E' indispensavel a torização prévia, tanto mais quanto o preço deve ser ajustado. Não tendo sido autorizada e menos ajustado o preço da publicação, não é justo o pagamento.

A companhia Rio Claro por seu procurador, diz que tendo depositado em caução 30 apolices, em garantia da construção da estrada do ferro do Rio Claro a S. Carlos do Pinhal, e achando-se já entregue ao tráfego, pede a restituição de semelhantes apolices. — Indeferido, à vista das informações.

Companhia Ferro-Carril e Hotel do Corcovado, pedindo modificação na clausula 6ª do decreto n. 10246 de 31 de maio de 1889. — Nada ha que deferir, porquanto os direitos da petição estão garantidos pelo termo assignado em 18 de janeiro de 1884.

João Conrado da Siveira Niemeyer, na qualidade de amanuense da Estrada de Ferro Central do Brazil, pedindo o abono da gratificação de trimestre, correspondente aos mezes de abril a junho do corrente anno. — Não pode ser attendido.

Major Manoel de Freitas Novaes, pedindo por certidão o parecer da secção do Imperio do Conselho de Estado, de 20 do setembro de 1880, relativamente á sua reclamação sobre obras empreitadas na Estrada de Ferro Central do Brazil. — Como requer.

Repartição fiscal do governo junto á companhia City Improvements

BOLETIM DO SERVIÇO DIARIO

Dia 22 de setembro de 1890

Foram visitadas as casas de machinas e feze a desinfecção das materias com os ingredientes e na dosagem conveniente.

Os *flushing-tanks* funcionaram regularmente.

1º districto — Predios esgotados 8.117 3/4; cortiços 70, com 2.389 quartos.

Reclamações em predios 10, por obstrucções devidas a terra (5), a sebo (3), a ossos (1) e a materias (1) nos ramaes de 6" e de 9". — Foram attendidas no mesmo dia.

Limparam-se os depositos das ruas de Gonçalves Dias, Livramento e largos de S. Francisco de Paula e Carioca.

2º districto — Predios esgotados 8.786; cortiços 120, com 3.691 quartos.

Reclamações em predios quatro, por obstrucções devidas a terra nos ramaes de 6" e de 9". — Foram attendidas no mesmo dia.

Limpou-se a galeria da rua da União e continúa a construção do ramal da rua de Santo Christo.

3º districto — Predios esgotados 4.369; cortiços 80, com 2.375 quartos.

Reclamações em predios duas, por obstrucções devidas a terra (1) e a lixo (1) nos ramaes de 6". — Foram attendidas no mesmo dia.

4º districto — Predios esgotados 7.254; cortiços 37, com 660 quartos.

Reclamação em prédio uma, por obstrucção devida a terra no ramal de 6". — Foi attendida no mesmo dia.

Limparam-se os depositos das ruas de São Francisco Xavier, General Sampaio e Boulevard Vinte Oito do Setembro.

5º districto — Predios esgotados 2.928; cortiços 11, com 232 quartos.

Reclamações em predios duas, por exhalacões devidas a juntas abertas nos ramaes de 6". — Foram attendidas no mesmo dia.

Repartição fiscal do governo junto á companhia *City Improvements*, 23 de setembro de 1890. — Pelo engenheiro fiscal, Luiz F. Monteiro de Barros, ajudante.

Ministerio da Instrução Publica, Correios e Telegraphos

Por portarias de 6 do corrente:

Foi prorogada por dous mezes, sem vencimentos, a licença concedida a Raul d'Avila Pompeia, secretario da Academia das Bellas-Artes;

Foram concedidos dous mezes de licença, com os vencimentos na forma da lei, á professora publica Maria José de Medina Coeli Ribeiro, para tratar de sua saude.

Repartição Geral dos Telegraphos

Por portaria de 6 do corrente, do director geral, foi permitido aos adjuntos Jorge Odon de Carvalho Santos e Manoel da Visitação Pitta permutarem as estações em que servem.

Por avisos da mesma data:

Foram concedidas licenças de 15 dias na forma do regulamento ao telegraphista de 1ª classe José Antonio de Oliveira Rosa e ao adjunto Antonio Emilio Lameira.

Foi designado para encarregado da estação da Victoria o telegraphista de 1ª classe Wenceslão Ferreira Braga.

Approvada a designação feita pelo chefe do 6º districto do adjunto Jayme Candido Drummond, para a estação de Commandatuba.

Por portaria de 7 do corrente foram elevados ao maximo da tabella os vencimentos do adjunto Paulo Furtado de Mendonça.

Por aviso da mesma data foram concedidos 15 dias de licença na forma do regulamento ao inspector Piuna.

Requerimentos despachados

Dia 27 de setembro de 1890

Germano Nogueira Guimarães. — Indeferido.

Pedro de Barros Carvalho. — Não ha vaga.

Dia 23

Alfredo Antonio Lobons. — Deferido, de accôrdo com o regulamento.

Dia 30

Afonso Porto da Fontoura. — Não pôle ser attendido por falta de vaga.

Dia 1 de outubro

Aristoteles Xavier Caldeira. — Nomeie-se na primeira vaga.

Oscar Queiroz Soares de Andréa. — Concedo, na forma do regulamento.

Dia 2

Heitor Pimentel de Vasconcellos Coutinho e Merados Torres de Abreu. — Deferido.

Ribeiro Guimarães & Comp. e Georgiano Horacio Gonçalves. — Deferido, de accôrdo com o regulamento.

Julietta Carvalho Fernandes e Attilia de Carvalho Fernandes. — Admittam-se como ouvintes.

CONGRESSO NACIONAL

Senado

RELAÇÃO DAS ACTAS DA ELEIÇÃO PARA SENADORES PROCEBIDA NO DIA 15 DE SETEMBRO ULTIMO, RECEBIDAS NA RESPECTIVA SECRETARIA

(Continuação)

Estado da Bahia

Barreiras de Jacuruna (Itaparica).
S. Pedro de Muritiba (1ª secção).
S. Pedro do Assú da Torre (2º districto).
Viçosa.
Prado (2ª secção).
Santo Antonio das Duas Barras.
S. Jorge dos Ilhéos (1º e 2º districtos).
S. José de Maricabo.
Furados.
Viçosa (colonia Leopoldina, 2º districto).
Purificação do Prado (1ª secção).
Lagôa Real.
Bom Successo da Cruz das Almas (1ª secção).

Remedios (1ª secção).
Alagoinhas (3ª secção do 1º districto).
Serra Negra (2ª secção).
S. Pedro (capital, 3ª e 6ª secções).
Villa Verde.
Gentio.
Uburanas (1ª secção).
Porto Seguro (1ª secção).
Nagé e Coqueiro.
Cannavieiras (3ª secção).
Cannabrava (1ª secção).
Una.
Cravada.
Cachoeirinha de Belmonte (2º districto).

Belmonte (1ª e 2ª secção do 1º districto).
Trancoso.

Riachão de Juquei (4ª secção).
Rio de Contas (1ª e 2ª secções).

Nossa Senhora do Monte (Cannavieiras).
Tabocas (Rio de Contas).

Carrapato (Rio de Contas, 1ª e 2ª secções).
Catalés (Rio de Contas).

Carinhanha (1º districto).
Porto Alegre.

Caravellas (1ª, 2ª e 3ª secções).
Villa do Santa Cruz.

S. Sebastião de Maranhú.

Estado do Paraná

Thomazina (1ª secção).

Districto Federal

Engenho Novo (2ª secção do 2º districto).

Estado do Espirito Santo

Villa do Vianna (1ª e 2ª secções).
Porto do Cachoeiro (1ª e 2ª secções).

Estado das Alagoas

Penedo (1ª secção).

Estado de Goyaz

Jaraguá (1ª e 2ª secções).

Estado de Minas

Estiva.

Piraúba (Pomba).
Paulo Moreira (1ª secção).

Paracatu (4ª secção).
Areados de Patos.

Lagôa Formosa (1ª e 2ª secções).
Sant'Anna do Onça (1ª secção).

Santa Juliana (1ª e 2ª secção).

Secretaria do Senado, 7 de outubro de 1890. — O director, José B. da Serra Belfort.

Camara dos deputados

RELAÇÃO DAS ACTAS DA ELEIÇÃO DE DEPUTADOS, PROCEBIDA A 15 DE SETEMBRO ULTIMO, RECEBIDAS NA RESPECTIVA SECRETARIA.

(Continuação)

Districto Federal

Sant'Anna (2ª, 3ª, 4ª e 7ª secções do 1º districto).

Engenho Novo (2ª secção do 2º districto).

Estado do Rio de Janeiro

Paraty (2ª secção).

Estado de S. Paulo

Franca (3ª secção).
Jaboticabal (villa, 3ª secção).

Estado de Minas Geraes

Areados de Patos.

Estiva (Pouso Alegre).
Dores de Santa Juliana Araxá, 1ª e 2ª secções).

Guarany (Pomba).
Lagôa Formosa (Patos, 1ª e 2ª secções).

Paracatu (4ª secção).
Paulo Moreira (Mariana, 1ª secção).

Sant'Anna do Onça (Pitangui, 1ª e 2ª secções).

Estado de Goyaz

Jaraguá (1ª e 2ª secções).

Estado da Bahia

Caravellas (1ª, 2ª e 3ª secções).
Santa Cruz (villa).

S. José do Porto Alegre (villa).
S. Pedro (4ª secção).

S. Sebastião de Maranhú (villa).

Secretaria da Camara dos Deputados, 7 de outubro de 1890. — O director, Dr. Horacio Leal de Carvalho Reis.

NOTICIARIO

Junta Commercial — Sessão em 2 de outubro de 1890, presidente o Sr. Castilho Maia, secretario o Sr. Dr. Cesar de Oliveira.

Presentes o presidente Castilho Maia, os deputados Lemos e Goulart, os supplentes em exercicio Campos e Castilho e o secretario, faltando sem participação o deputado Faria, abriu-se a sessão.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

Em seguida, o secretario deu conhecimento do officio que acabava de receber do deputado Souza Ribeiro, communicando achar-se impedido de exercer por algum tempo as funcções do seu logar.

Para substituir o mesmo deputado, mandou-se convidar o supplente João Baptista de Carvalho, que compareceu logo e tomou assento, depois de fazer a promessa solemne de bem cumprir os seus deveres.

O expediente constou de:

Requerimentos—De Alfredo Augusto de Almeida, Alfredo Augusto Teixeira Rebelo, Antonio Corrêa dos Santos Novaes, Eduardo Borges da Rocha, João José Bastos Guimarães, Joaquim Monteiro da Luz, Joaquim da Silva Pinto, José Floriano de Souza, José Joaquim da França Junior e José da Silva Pereira para serem admittidos á matricula de commerciantes.—Deferidos.

De Antonio Moreira dos Santos Costa e João Candido Martins, commerciantes matriculados nesta junta, para averbar-se na matricula do primeiro a sua naturalização nos termos do decreto de 14 de dezembro ultimo e na do segundo a mudança do seu domicilio para a cidade de S. Paulo.—Deferidos.

De Ajax Lobo para ser nomeado corretor de fundos publicos desta praça.—Preste fiança de 10:000\$ em apolices ou dinheiro.

De Alfredo Pinto da Costa, Eduardo Rios Gomes, Domingos José de Oliveira Castro e Francisco Generoso de Araujo para a expedição dos seus titulos de corretores de fundos publicos desta praça por terem prestado a respectiva fiança.—Deferidos.

De Alfredo Aurper, corretor de fundos publicos desta praça, para ser aceita a nova fiança que prestou em apolices de sua propriedade.—Deferido.

De D. W. Vill & Comp. para o registro da sua marca de botas e sapatos.—Deferido.

De Engelberg, Siciliano & Comp. para ser archivado o *Diario Official*, de 30 do mez findo, em que publicaram a anotação da transferencia feita aos supplicantes por João Francisco de Camargo Junior e Alexandre Siciliano da sua marea de machinas agricolas.—Deferido.

De J. J. G. Borlido, Luiz Felipe Freire de Aguiar e Antonio José de Oliveira, os dois primeiros desta praça e o ultimo da cidade de Uruguayana, estado do Rio Grande do Sul, para o deposito das certidões dos registros de suas marcas com os exemplares do *Diario Official* e do jornal *A Federação*, de Porto Alegre, em que as publicaram.—Deferidos.

Da Companhia de Mercadorias, da Companhia de Fiação e Tecidos Andorinhas, da Companhia Cooperativa de Carvão, da Companhia Estrada de Ferro da Tijuca, da Companhia Utilidade Publica, da Companhia União Industrial de Fumos, da Companhia Auxiliadora da Lavoura e da Companhia Economia Publica para o archivamento dos seus estatutos.—Deferidos.

Da companhia Fabrica de Tecidos S. Christovão, da companhia Fabrica de Ferro Galvanizado e da Companhia Fabril Brasileira, para o archivamento das actas das respectivas assembleas geraes que alteraram os seus estatutos.—Deferidos.

De Cruz & Comp., Peixoto Guimarães & Esteves, Adriano Ennes & Comp., Machado, Pestana & Comp., Gaffrée, Guinle & Ribeiro e Fraga & Cardoso, para o archivamento dos seus contractos sociaes.—Deferidos.

De Villa Verde & Comp., para o archivamento da alteração do seu contracto social pela retirada de quatro socios.—Deferido.

De Malheiros & Coelho e Araujo Vianna & Costa, para o archivamento dos seus distractos sociaes.—Deferidos.

De Adelino Ferreira Candido para ser reconsiderado o despacho que mandou archivar

o distracto da sociedade entre o supplicante e Alberto Frederico Corrêa, por ter este exigido quantia superior á que lhe cabe nos termos da proposta aceita.—Não tem logar, cabendo ao peticionario liquidar em juizo a questão suscitada pelo seu ex-socio, sobre o pagamento da quantia a que se julga com direito.

O Sr. presidente deu conhecimento de ter nomeado, por despacho de hontem, a Rodrigo Antonio Machado Reis, João Casemiro Gomes Guimarães e Balthar Luiz da Fonseca, para o conselho fiscal da companhia Terrestre e Maritima Rio de Janeiro.

Laboratorio Nacional de Analyses—Neste laboratorio effectuaram-se, durante o mez de setembro findo, 101 analyses, sendo de: vinhos 53, cerveja 1, cognac 1, vermouth 1, bitter 1, amer-picon 1, cidras 2, azeites doce 1, vinagre 1, mostarda 1, ervilhas 1, fructas em conserva 2, queijo 1, carnes conservadas 2, sebo 1, licor 1, oleo de amendoim 1, peixe em conserva 1, aguas potaveis 2, urina 1, preparados pharmaceuticos 10, leite 12, plantas 2, dosagem de gaz carbonico em uma amostra de ar 1.

A renda do laboratorio no referido mez foi de 335\$000.

Malas—O correio geral expede hoje as seguintes:

Pelo *Estrella*, para Victoria, Bahia e Aracaju, impressos até ás 5 horas da manhã, cartas para o interior até ás 5 1/2, ditas com porte duplo até ás 6 idem.

Pelo *Mathilde*, para Itapemirim, Piuma, Benevente, Guarapary, Victoria e S. Mathheus, impressos até ás 5 horas da manhã, cartas para o interior até ás 5 1/2, ditas com porte duplo até ás 6 idem.

Pelo *Chancer*, para Bahia e Nova York, impressos até á 1 hora da tarde, cartas para o interior até 1 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até ás 2, objectos para registrar até á 1 idem.

Pelo *Cabral*, para Paranaguá, Santa Catharina, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o interior até ás 9 1/2, ditas com porte duplo até ás 10 idem.

Pelo *Beserra de Menezes*, para Macahé e Campos, impressos até á 1 hora da tarde, cartas para o interior até á 1 1/2, ditas com porte duplo até ás 2, objectos para registrar até á 1 idem.

Pelo *Leibnitz*, para Montevidéo, Buenos-Ayres, Matto Grosso e Paraguay, impressos até 1 hora da tarde, cartas para o interior até á 1 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até ás 2, objectos para registrar até á 1 idem.

Pelo *Rio Negro*, para Santos, impressos até ás 6 horas da manhã, cartas para o interior até 6 1/2, ditas com porte duplo até ás 7, idem.

—Amanhã: *Araruama*, para S. Sebastião e Santos, impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o interior até ás 9 1/2, ditas com porte duplo até ás 10, objectos para registrar até ás 6 da tarde de hoje.

Pelo *Juno*, para Victoria, Bahia, Macció, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte Ceará, Maranhão e Pará, impressos até ás 7 horas da manhã; cartas para o interior até ás 7 1/2, ditas com porte duplo até ás 8, objectos para registrar até ás 6 da tarde de hoje.

Pelo *Graf Bismark*, para Bahia, Antuerpia, Lisboa e Bremen, impressos até ás 7 horas da manhã, cartas para o interior até ás 7 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até ás 8, objectos para registrar até ás 6 da tarde de hoje.

Pagadoria do Thesouro—Pagam-se hoje as folhas dos professores publicos e adjuntos e o aviso do Ministerio da Agricultura de n. 2407 a Duvivier & Comp.

Estrada de ferro do Natal a Nova Cruz—Do resumo do relatório de março de 1890 consta que no serviço do trafego foram empregados 70 trens, que percorreram 7.656 kilometros, sendo o percurso médio dos trens 109 kilometros.

Transitaram na linha 88 passageiros de 1ª classe e 694 de 2ª, estando ahi comprehendidos 18 de 1ª e 63 de 2ª, com o abatimento de 50 %.

As locomotivas percorreram 7.864 kilometros, consumindo-se 63,280 kilogrammas de carvão, 446,5 litros de azeite e 9,25 kilogrammas de estopa.

A via permanente tem sido conservada regularmente, havendo-se empregado nesse serviço 1.576 dormentes, 45 kilogrammas de parafuzos e 30^{m3} de lastro.

O telegrapho funcionou em boas condições.

Foram transmittidos 50 telegrammas com 607 palavras, e 41 ditos com 1.078 ditas por conta do governo.

O imposto de transito produziu a quantia de 126\$850, que foi recolhida a thesouraria de fazenda.

A receita importou em 5:278\$700, e a despesa em 14:519\$916, dahi resultando o deficit de 9:271\$216.

Receita por kilometro em trafego 43\$626.

Receita por trem kilometro \$690.

Despeza por kilometro em trafego, 120\$247.

Despeza por trem kilometro, 1\$900.

Relação da despeza para a receita.... 275,634 %.

Santa Casa da Misericordia—O movimento do hospital da Santa Casa da Misericordia, dos hospicios de Nossa Senhora da Saude, de S. João Baptista, de Nossa Senhora do Socorro e de Nossa Senhora das Dores, em Cascadura, foi, no dia 3 de outubro, o seguinte:

	Nacionais	Est.	Total
Existiam	785	545	1.328
Entraram	15	26	41
Sahiram	17	14	31
Falleceram	2	3	6
Existem	779	553	1.332

O movimento da sala do banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 345 consultantes, para os quaes seaviaram 436 receitas. Fizeram-se 35 extracções de dentes.

TRIBUNAES

TRIBUNAL DA RELAÇÃO

SESSÃO EM 7 DE OUTUBRO DE 1890

Presidencia do Sr. conselheiro Faria Lemos
— Secretario o Sr. Dr. Esposel

Presentes os Srs. desembargadores Pindahyba de Mattos, Barros Pimentel, Rodrigues Motta, Tito de Mattos, Coelho Bastos, Magalhães, Fernandes Pinheiro, Bento Lisboa, Cintra, Espinola, Ribeiro de Almeida, Moniz Barreto e Madureira, foi lida e approvada a acta da sessão anterior.

Passou-se em seguida aos julgamentos

Appellações crimes

N. 2.720, da capital — Appellante o juizo, appellado José Lata.—Não se vencendo a nullidade do processo, contra o voto do Sr. desembargador Barros Pimentel, julgaram procedente as razões do juiz de direito para mandar o réo a novo jury, unanimemente.

N. 2.740, da capital — Appellante a justiça, appellado Eugenio de Menezes.—Julgaram improcedente a appellação para mandar subsistir a sentença appellada, contra os votos dos Srs. desembargadores Pindahyba de Mattos, segundo revisor, e Motta.

N. 2.747, de Santo Antonio de Padua—Appellante, Luiz José Francisco, appellada a Justiça.—Julgaram improcedente a appellação para mandar subsistir a sentença appellada, com a declaração de que a pena no medio, do art. 257 do código criminal é a de dous annos e um mez de prisão com trabalho e multa correspondente a 12 1/2 % do valor dos objectos furtados, unanimemente.

N. 2.751, da capital—Appellante Felix José da Cruz, appellada a Justiça.—Negaram provimento á appellação para mandar subsistir a sentença appellada, unanimemente.

Recursos crimes.

N. 2.408, da capital—Recorrente Antonio José de Araujo, recorrida a Justiça.—Negaram provimento unanimemente.

N. 2.409, de Victoria—Recorrente o Juizo, recorrido Manoel Pinto Carneiro.—Idem.

N. 2.407, de Saquarema—Recorrente Manoel Muniz de Oliveira Reis, recorrida a Justiça.—Idem.

Habeas corpus

N. 681, da capital—Paciente Sabino Pereira de Moraes.—Julgaram prejudicado por estar solto o paciente, unanimemente.

Aggrevo de petição

N. 7.571, da capital—Aggravante José Joaquim Pereira Sobrinho, aggravado José Fernandes de Almeida.—Não tomaram conhecimento do aggravo, por não ser caso deste recurso, unanimemente.

Passagens

Ao Sr. Pindabyha de Mattos, n. 7.419.
Ao Sr. Barros Pimentel, n. 6.881.
Ao Sr. Motta, n. 6.964.
Ao Sr. Coelho Bastos, n. 6.965.
Ao Sr. Fernandes Pinheiro, n. 7.156.
Ao Sr. Bento Lisboa, ns. 7.165 e 7.247.
Ao Sr. Cintra, n. 7.476.
Ao Sr. Rodrigo de Almeida, n. 7.105.
Ao Sr. Moniz Barreto, n. 2.769.
Ao Sr. Madureira, n. 7.426.

Causas com dia

Appellações civeis ns. 7.202 e 7.214.

DISTRIBUIÇÕES

Appellação commercial

N. 7.510, da capital—Appellante Alexandre José Lopes, appellado Antonio Maria Candido.—Ao desembargador Tito de Mattos.

Appellações civeis

N. 7.192, da Parahyba do Sul—Appellante Alves de Avellar, appellado o Banco do Brazil.—Ao desembargador Coelho Bastos.

N. 7.504, da capital—Appellantes Antonio Valentim do Nascimento e sua mulher, appellada D. Amelia da Silva Vidigal da Costa, por si e como tutora de sua filha menor.—Ao desembargador A. Magalhães.

N. 7.576 da capital—Aggravante Alfredo Smith de Vasconcellos, aggravado Francisco Gonçalves de Queiroz.—Ao Sr. Fernandes Pinheiro.

N. 7.577, da capital—Aggravante o Barão de Monteiro de Barros, aggravado o Dr. Francisco Gonçalves de Moraes.—Ao Sr. desembargador Bento Lisboa.

N. 7.578, da capital—Aggravante Luiz Pacheco, aggravado Joaquim Francisco dos Santos.—Ao Sr. desembargador Guilherme Cintra.

N. 7.579, da capital—Aggravante Francisco Domingos da Costa, aggravados Ribeiro Ermida & Comp.—Ao Sr. desembargador Ribeiro de Almeida.

N. 7.580, da capital—Aggravante Francisco Domingos da Costa, aggravados Ribeiro Ermida & Comp.—Ao Sr. desembargador Moniz Barreto.

Aggravo de instrumento

N. 685, da Parahyba do Sul—Aggravante Manoel Pereira Jorge, aggravado Barão do Brazil.—Ao Sr. desembargador Madureira.

Recursos crimes

N. 2.410, da cidade do Pirahy—Recorrente Francisco Galiano, recorrida a Intendencia Municipal do Pirahy.—Ao Sr. desembargador Rodrigues.

N. 2.411, da capital—Recorrente o juizo, recorrido Jeronymo Francisco Pinto.—Ao Sr. desembargador Motta.

PRIMEIRA VARA CIVEL

JUIZ DR. MARTINS TORRES—ESCRIVÃO CABRAL VELHO

Protesto

Supplicante A. M. Norton.—Julgado o protesto.

Contra-protesto

Supplicante Bernardo Alfredo Amblard de Arena.—Julgado o contra-protesto.

Embargo de obra nova

Supplicante a Intendencia Municipal.—Recebidos os artigos nunciativos, sejam confessados ou contestados.

Inventarios

Fallecidos: Joaquim Fausto de Souza.—Proceda-se á partilha.

Maria Bernardina de Jesus.—Ao contador para o calculo.

Execução

Exequente Manoel Ribeiro de Azevedo.—Julgado o lançamento.

Libellos

Autores: Dr. João Paulo de Almeida Magalhães e outros.—Recebida a contrariedade, prosiga-se.

Antonio Duarte Carneiro Vianna.—Recebida a appellação em seus efeitos regulares.

Ações summarias

Autores: o coronel Francisco Alves Pessoa Leal.—Faça-se a citação edital.

Isabel Chesneav.—Desprezados os embargos.

Ações de despejo

Autores: o capitão de mar e guerra Carlos Augusto da Vitoria.—Passe-se o mandado.

Jorge José Clemente Etienne.—Recebidos os embargos nos proprios autos, sejam confessados ou contestados.

ESCRIVÃO GONÇALVES LEITE

Penhora executiva

Autor Domingos Ferreira da Silva.—Julgados procedentes e provados os embargos.

Arbitramento de honorarios

Autor Dr. Joaquim de Carvalho Bettamio.—Homologados os laudos.

Inventarios

Fallecidos: o Visconde do Bom Retiro.—Julgada a partilha.

Rosa Guimarães do Prado.—Julgada a partilha.

José Bento de Araujo Barbosa.—Ao Dr. procurador dos feitos.

Execuções

Exequentes: Joaquim Leite de Castro, sua mulher e outros.—Recebida a contestação, em prova.

Antonio Carlos Palhares.—Recebidos os embargos, sejam confessados ou contestados.

Joaquim Antonio da Cunha e sua mulher.—Recebida a appellação no effeito devolutivo sómente.

ESCRIVÃO PAULA BASTOS

Libello

Autor Manoel da Silva Oliveira.—Rejeitada *in limine* a excepção, prosiga-se neste juizo, pagas as custas do retardamento pelo excipiente.

Execuções

Exequentes: Antonio Joaquim da Silva Amarante.—Julgados improcedentes e não provados os embargos de fls. 51, pagas as custas pelo embargante.

D. Clara Rosa Vallim Affonso.—Cumpra-se o venerando accordão denegando provimento ao aggravo.

Inventarios

Fallecidos: Francisco de Paula de Magalhães Leite.—Diga o inventariante sobre a promoção do Dr. procurador fiscal.

Jacintha Maria da Silva Cunha.—Julgada por sentença a partilha, para que surta seus devidos efeitos.

Protesto

Supplicantes Dr. Joaquim Antonio Fernandes de Oliveira e Manoel de Souza Pinheiro.—Julgado por sentença o protesto.

Despejo

Autores Dr. Caetano Pinto da Fonseca Costa e sua mulher.—Rejeitada *in limine* a excepção, prosiga-se neste juizo, pagas as custas pelo excipiente.

JUIZ SUBSTITUTO DR. ENÉAS GALVÃO

Summaria

Antonio José Pessoa.—Ao Dr. juiz de direito.

Bernardino de Souza Peixoto.—Ao Dr. juiz de direito.

PRIMEIRA VARA COMMERCIAL

JUIZ DR. GONÇALVES DE CARVALHO—ESCRIVÃO SILVA MOREIRA

Ações de 10 dias

Autores: Affonso de Souza Neves.—Requisitada a excepção de fls. 9.

Dr. André Pereira Lima.—Vista ao embargante.

Francisco Lopes Carneiro dos Santos.—Respondido o aggravo.

Francisco Motta & Comp.—Condemnado o réo.

Gregorio Antenor de Oliveira.—Diga o autor sobre a excepção.

Alcibiades Christiano Raija.—Julgada por sentença.

Liquidações das firmas

Guimarães & Ferreira.—Ao Dr. curador. Pinto & Irmão.—Idem.

A. C. Campos.—Julgada por sentença.

Ordinarias

Autores: Cunha, Alves & Souza.—Recebida a contestação.

Bastos & Fernando Guimarães.—Condemnados os autores.

Executivo hypothecario

Autores: João Martins Agra.—Recebida a appellação no effeito devolutivo sómente.

Antonio da Silva Valente.—Recebida a contestação.

João Prado de Oliveira.—Julgada por sentença.

Precatoria

Francisco Gonçalves Vianna.—Devolvida.

Summaria

Rodrigo João da Silva.—Condemnado o réo.

Justificação de embargo

Justificante Joaquim Marinho.—Julgada procedente a justificação.

Protesto

Supplicante Antonio Augusto da Silva.—Julgada por sentença a desistencia.

ESCRIVÃO COSTA LEITE

Ações ordinarias

Berla & Comp.—Recebida a contestação. Andren Steele.—Recebida a contestação. Malafala & Comp.—Recebida a contestação, prosiga-se.

Ações de 10 dias

Autores: Alvaro Moreira & Comp.—Julgada procedente a justificação, expeçam-se os editaes.

José Luiz Fernandes Villela.—Condemnado o réo.

Precatoria

Almeida Junior & Comp.—Devolva-se.

Summaria

Delfim da Fonseca Lemos.—Condemnado o réo em parte do pedido.

Executivo

Autores: Ferreira & Comp.—Diga o autor sobre a execução.

O bacharel Honorio Coimbra, curador das heranças jacentes.—Deferido o requerido pelo executado.

Execução

Atanagildo Barata Ribeiro.—Recebidos os embargos.

EDITAES E AVISOS

Intendencia Municipal

Apuração geral dos votos para senadores e deputados ao primeiro Congresso Nacional

A Intendencia Municipal Capital Federal faz saber que, não tendo podido effectuar-se no dia 30 de setembro findo, por falta das respectivas authenticas eleitoraes, nos termos do art. 53, §§ 1º e 2º do decreto n. 511 de 23 de junho deste anno, terá lugar no dia 7 do corrente, ás 10 horas da manhã, na sala das sessões do conselho, pelas authenticas eleitoraes recebidas, a apuração geral dos votos para senadores e deputados, que tem de constituir o primeiro Congresso Nacional, convocado para o dia 15 de novembro proximo.

E, para que chegue á noticia de todos mandou lavrar, fixar e publicar pela imprensa o presente edital.

Intendencia Municipal—Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1890. E eu, José Antonio de Magalhães Castro Sobrinho, secretario, o subscrevi e assigno.—Dr. José Felix da Cunha Menezes, presidente.—Barão Homem de Mello vice-presidente.—João Lopes Carneiro da Fontoura.—Joaquim Raymundo de Lamare.—Vicente José de Carvalho Filho.—Dr. Alfredo Piragibe.—Dr. Augusto de Vasconcellos.—José Antonio de Magalhães Castro Sobrinho, secretario.

Intendencia da Guerra

Assignatura de contracto

Os Srs. Manoel Joaquim Pimenta Vellos, Vieira do Carvalho Filho & Torres, Pinto & Madureira, Pinto Oliveira & Comp, Leon Simon, Azevedo Alves & Carvalho, Cunha Guimarães & Comp., Mattos & Coelho, Guimarães Pinto & Sampaio, Alberto de Almeida & Comp., Custodio Pereira da Silva Guimarães, são convidados a comparecer a esta Secretaria, afim de firmarem os contractos dos artigos que lhes foram aceitos em sessão do conselho de compras de 5 de setembro proximo passado, na intelligencia do que incorrerá na multa de 5%, aquelle que deixar de fazel-o até ao dia 8 do corrente.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1890.—Pelo secretario, o 1º official—A. B. da Costa Aguiar.

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

Inscrição para os exames do fim do anno

De ordem do cidadão director, Dr. Erico Marinho da Gama Coelho, faz-se publico que a inscrição para os exames do fim do anno estará aberta nesta secretaria, do dia 15 ao fim do mez, ás 2 horas da tarde, em que será encerrada.

Secretaria da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1890.—O secretario, Dr. Antonio de Mello Muziz Maia.

Edital

O Dr. Manoel da Silva Mafra, juiz da Provedoria, nesta capital, etc.

Faz saber aos que o presente edital de tres praças com dispensa de pregões virem, que a requerimento de Francisco Barbosa Quintas, inventariante do finado José Ferreira dos Santos, o porteiro dos auditorios deste juizo trará a publico pregão de venda e arrematação ás portas da casa de minhas audien-

cias, á rua da Constituição n. 43, nos dias 4, 8 e 11 do corrente, ás 11 horas da manhã, o seguinte: predio e terreno á rua Cardoso n. 52 (na estação do Meyer), avaliados em 1:6000\$. E para que chegue ao conhecimento do publico, mandou passar o presente, pelo qual convida a todas as pessoas que pretendam arrematar os ditos bens, para que compareçam no lugar, dias e horas designados, afim de ser effectuada a praça, e serem os mesmos vendidos ao concorrente que maior laço offerer sobre a dita avaliação, sendo o producto recolhido ao Banco do Brazil. Este será passado em triplicata, sendo duas publicadas na imprensa diaria, inclusive o *Diario Official* e o terceiro será affixado no lugar do costume pelo porteiro. Dado e passado nesta capital, aos 3 de outubro de 1890. Eu, Procopio José da Silva, escrivão interino, o subscrevi.—Manoel da Silva Mafra.

Inspectoria Geral de Hygiene

Em virtude do que dispõe o art. 68 do Regulamento que baixou com o decreto n. 169 de 18 de janeiro de 1890, a Inspectoria Geral de Hygiene faz publico pelo prazo de 8 dias que o cidadão Bernardo Cupertino, por seus procuradores Silva Gomes & Comp., lhe dirigiu a seguinte petição com documentos que satisfazem as exigencias do art. 67 do citado regulamento:

« Bernardo Cupertino, residente na freguezia de S. Miguel da Ponte Nova, estado de Minas Geraes, pretendendo estabelecer-se com pharmacia nesta localidade, onde ha falta absoluta desse recurso, que é urgentemente reclamado pela necessidade da respectiva população, e achando-se para isso devidamente habilitado, como provam os documentos annexos, que justificam não só os seus conhecimentos profissionaes como a moralidade de sua conducta, vem, de accordo com o que precissita o regulamento do serviço sanitario, solicitar-vos a competente licença para esse fim. Saude e fraternidade.—Capital Federal, 7 de maio de 1890.—Por procuração, Silva Gomes & Comp.» Sobre uma estampilha de duzentos reis.

E declara que, si 30 dias depois do ultimo annuncio, nenhum pharmaceutico formado lhe communicar ou á Inspectoria de Hygiene do estado de Minas Geraes a resolução de estabelecer pharmacia na citada localidade, concederá ao pratico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 6 de outubro de 1890.—Dr. Pedro Affonso de Carvalho, secretario.

Em virtude do que dispõe o art. 68 do regulamento que baixou com o decreto n. 169 de 18 de janeiro de 1890, a Inspectoria Geral de Hygiene faz publico pelo prazo de 8 dias, que o cidadão Balbino da Silva Ramos, por seu procurador Henrique José Coelho lhe dirigiu a seguinte petição com documentos que satisfazem as exigencias do art. 67 do citado regulamento:

« Diz Balbino da Silva Ramos, por seu procurador abaixo assignado, que, sendo pratico de pharmacia ha longo tempo e tendo adquirido as precisas condições de idoneidade, deseja estabelecer-se na Villa de Santa Branca, municipio de Jacarehy, estado de S. Paulo, pelo que vem impetrar-vos a necessaria licença, juntando os precisos documentos, de accordo com as prescripções do regulamento sanitario. O supplicante E. R. D.—Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1890.—Por procuração, Henrique José Coelho.» Sobre uma estampilha de \$200.

E declara que, si trinta dias depois do ultimo annuncio nenhum pharmaceutico formado lhe communicar ou á Inspectoria de Hygiene do estado de S. Paulo, a resolução de estabelecer pharmacia na citada localidade concederá ao pratico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 23 de setembro de 1890.—Dr. Pedro Affonso de Carvalho, secretario.

Em virtude do que dispõe o art. 68 do regulamento que baixou com o decreto n. 169, de 18 de janeiro de 1890, a Inspectoria Geral de Hygiene faz publico, pelo prazo de oito dias, que o cidadão Manoel Joaquim Xavier Ribeiro lhe dirigiu a seguinte petição, com documentos que satisfazem as exigencias do art. 67 do citado regulamento:

« Manoel Joaquim Xavier Ribeiro, drogista estabelecido na cidade de Bezerros, estado de Pernambuco, desde 1883, sob a firma de Brues & Comp., fundando-se nas disposições dos arts. 52 e 53 do regulamento para execução do decreto n. 169 de 18 de janeiro do corrente anno, vos requer licença para abrir uma pharmacia na mesma cidade, visto ocorrerem a favor da pretensão do supplicante as razões de ordem publica previstas no art. 67 do citado regulamento, a saber: falta de um estabelecimento desse genero; necessidade d'elle, a juizo da respectiva Intendencia Municipal, do Dr. Pedro Jordão facultativos, do Dr. juiz de direito e mais autoridades do lugar, pratica e prohibida do supplicante, como tudo se evidencia pelos documentos juntos, provando mais o dito facultativo acharem-se satisfeitas as exigencias do indicado art. 53. Nestas condições, espera o supplicante ser attendido e respeitosamente vos pede deferimento. E. R. M.—Bezerros, 27 de agosto de 1890.—Manoel Joaquim Xavier Ribeiro, professor jubilado.»—Sobre duas estampilhas de duzentos reis cada uma.

E declara que, si 30 dias depois do ultimo annuncio nenhum pharmaceutico formado lhe communicar ou á Inspectoria de Hygiene do estado de Pernambuco, a resolução de estabelecer pharmacia na citada localidade, concederá ao pratico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 28 de agosto de 1890.—Dr. Pedro Affonso de Carvalho, secretario.

Em virtude do que dispõe o art. 68 do regulamento que baixou com o decreto n. 169 de 18 de janeiro de 1890, a Inspectoria Geral de Hygiene faz publico, pelo prazo de oito dias, que o cidadão Eustaquio Puga de Allemão Bandeira lhe dirigiu a seguinte petição com documentos que satisfazem as exigencias do art. 67 do citado regulamento:

« Diz Eustaquio Puga de Allemão Bandeira, estabelecido com pharmacia na estação do Cruzeiro, que não havendo nesta localidade pharmacia alguma dirigida por profissional diplomado, e sendo de interesse para essa localidade a continuação do mesmo estabelecimento que até a actualidade foi dirigido pelo pharmaceutico Patricio Guedes, que retira-se para o estado da Bahia, e sendo o requerente perfeitamente habilitado, como demonstram os documentos juntos ns. 1, 2, 3 e 4, pois que o mesmo tem dirigido pharmacias já aqui nesta estação e na proxima estação do Lavrinhas e achando-se o requerente nas condições dos arts. 65 e 67 do regulamento annexo ao decreto n. 169 de 18 de janeiro deste anno; vem, em virtude do exposto, requerer que vos digneis conceder-lhe a transferencia de sua licença da estação de Lavrinhas, municipio de Pinheiros, para a proxima estação do Cruzeiro, ambas no estado de S. Paulo, onde actualmente se acha. Nestas circunstancias, tendo o requerente provado os requisitos do regulamento vigente pede deferimento por ser de inteira justiça.—E. R. J. Estação do Cruzeiro, 5 de setembro de 1890.—Eustaquio Puga de Allemão Bandeira.»—Estava collada uma estampilha de 200 reis inutilizada.

E declara que, si 30 dias depois do ultimo annuncio nenhum pharmaceutico formado lhe communicar ou á Inspectoria de Hygiene do estado de S. Paulo, a resolução de estabelecer pharmacia na citada localidade, concederá ao pratico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 30 de setembro de 1890.—Dr. Pedro Affonso de Carvalho, secretario.

Imprensa Nacional

AVISOS DA INSPECTORIA DE HYGIENE

De ordem do Sr. administrador faço publico que se acham nesta repartição, remetidos pela Inspectoria Geral de Hygiene, os avisos inira para serem publicados mediante prégio pagamento:

- Alfredo Starling.
- Antonio Augusto Leitão.
- Antonio Bueno do Prado Pinheiro.
- Antonio da Costa Lopes Junior.
- Edmundo Torres.
- Ernesto Henrique Richter.
- Euzébio Alves Sarmento.
- Francisco Augusto de Aguiar.
- Francisco de Assis Rocha.
- Francisco Cozzi.
- Francisco Xavier de Seabra Andrade.
- Hermann Schlobach & Costa.
- Hilario José Pereira.
- Jeronymo de Almeida Silveiras.
- João Bonifacio de Medeiros Gomes.
- Joaquim do Lavour Paes Barreto.
- Joaquim Lopes Moreira.
- Joaquim de Souza Guimarães.
- José Annibal Cataldi.
- José Felix de Almeida Cotta.
- José Ignacio da Gloria.
- José Maria Lopes Teixeira.
- Leovegildo Maria de Oliveira.
- Manoel Joaquim Barbosa de Andrade.
- Manoel Pinto Netto.
- Octavio de Carvalho Lobão.
- Quintino Thomaz de Oliveira.
- Tude Pinto Crespo (capitão).

Secção central, 17 de setembro de 1890.—A. J. Cardoso Pereira de Barros, ajudante do administrador.

COMMERCIO

Rio, 7 de outubro de 1890.

Cambio

O mercado abriu nas mesmas condições em que fechou hontem, com a taxa de 21 3/4 d., sobre Londres em todos os bancos; mas, no correr do dia tornou-se muito firme, realizando-se operações até 22 d.

As tabellas no Banco Franco-Brazileiro, English Bank, do Commercio, Allemão, Nacional, Commercial, Industrial e Sul Americano, foram as seguintes:

- Londres, por 1\$..... 21 3/4 d., a 90 d/v.
- Pariz, por franco.... 439 a 438 rs., a 90 d/v.
- Hamburgo, por marco 545 a 542 rs., a 90 d/v.
- Italia, por lira..... 442 a 441 rs., a 3 d/v.
- Portugal..... 250 a 248 %, a 3 d/v.
- Nova-York, por dolar..... 24330 a 24300 á vista.

O movimento foi menos que regular, sobre Londres, de 21 3/4 a 22 d. bancario, 22 1/8 d., dito de segunda mão, e a 22, 22 1/16, 22 1/8, 22 3/16 e 22 1/4 d. papel particular.

Fundos publicos

MOVIMENTO DA BOLSA

Apolices

15 Apolices geraes de 1.000\$.....	974\$000
9 ditas idem.....	970\$000
7 ditas idem.....	970\$000
40 ditas idem.....	968\$000
14 ditas idem.....	958\$000

Soberanos

2000 Soberanos.....	11\$100
4837 ditos.....	11\$080
2000 ditos.....	11\$100
2000 ditos.....	11\$100
1000 ditos.....	11\$080
100 ditos c/v até 15.....	11\$100

Ações de bancos e companhias

80 Banco Ibero Americano.....	34\$000
25 ditas idem.....	34\$500
60 ditas idem.....	35\$000
60 ditas idem.....	35\$000
40 ditas idem.....	35\$000
50 ditas idem.....	35\$000
25 ditas idem.....	35\$000
200 ditas idem.....	35\$000
20 ditas idem.....	35\$000
40 ditas idem.....	35\$000
40 ditas idem.....	35\$000

20 ditas idem.....	35\$000
8) ditas idem.....	35\$500
200 ditas idem.....	36\$000
1000 ditas idem para dezembro.....	46\$000
400 ditas idem.....	47\$000
100 ditas Commercial v/c até 15.....	110\$000
200 ditas idem.....	143\$000
100 ditas Auxiliar nova serie.....	120\$000
30 ditas do Brazil.....	292\$000
190 ditas Commercial.....	142\$000
100 ditas do Nacional.....	98\$000
50 ditas idem.....	95\$500
200 ditas Estados Unidos.....	182\$000
40 ditas idem ex/d.....	183\$500
300 ditas idem.....	184\$000
100 ditas idem.....	155\$000
500 ditas idem.....	185\$000
100 ditas idem.....	185\$000
100 ditas idem para 31.....	189\$000
100 ditas Constructor.....	175\$000
100 ditas idem.....	175\$000
200 ditas idem.....	175\$500
50 ditas idem.....	175\$500
1000 ditas idem.....	176\$000
1000 ditas idem para 31.....	184\$000
1000 ditas idem.....	186\$000
500 ditas idem.....	183\$000
1000 ditas idem v/c até 6 de novembro.....	184\$000
105 ditas Commercial.....	142\$000
200 ditas Constructor para 31.....	183\$000
500 Comp. Oeste e Norte do Brazil..	40\$000
200 ditas idem.....	40\$000
200 ditas Cortume pela Electricidade	40\$000
200 ditas idem.....	40\$000
100 ditas Lloyd Brasileiro.....	193\$000
1000 ditas Terrenos e Construções v/c até 31.....	65\$000
625 ditas idem.....	65\$000
250 ditas E. de Ferro Geral do Brazil	42\$000
50 ditas idem.....	42\$500
400 ditos idem.....	42\$500
600 ditas idem.....	42\$500
500 ditas idem.....	42\$500
300 ditas idem.....	42\$500
50 ditas idem.....	42\$500
600 ditas idem.....	42\$500
600 ditas idem.....	42\$250
1000 ditas idem.....	43\$000
500 ditas idem.....	43\$000
500 ditas idem.....	43\$000
1000 ditas idem para 31.....	47\$000
1000 ditas idem.....	45\$000
50) ditas idem.....	45\$000
10 Forjas Nacionaes.....	41\$000
50 ditas idem.....	41\$000
100 ditas Nacional de oleos.....	47\$500
120 ditas Tecidos S. João outubro....	221\$000
100 ditas Terrenos e Construções....	60\$000
300 ditas Terras e Colonização.....	44\$000
20 ditas Jardim Botânico.....	210\$000
200 ditas Tecidos S. Christovão.....	230\$000
100 ditas Melhoramento de S. Paulo.	44\$500
250 ditas idem.....	42\$000
100 ditas Leopoldina.....	97\$000
100 ditas idem.....	97\$000
1000 ditas idem.....	96\$500
500 ditas E. de F. Quilombo, v/c até 31 c/ todos os proventos.....	106\$000
100 ditas Empreza O. P. Braz l.....	100\$000

COTAÇÕES OFFICIAES

Apolices

Apolices geraes de 1.000\$.....	974\$000
Dita idem.....	970\$000

Soberanos

Soberanos.....	11\$100
Ditos idem.....	11\$080
Ditos idem v/c até 15.....	11\$100

Ações de bancos e companhias

Banco Ibero Americano.....	34\$000
Dito idem.....	34\$500
Dito idem.....	35\$000
Dito idem para dezembro.....	46\$000
Dito idem.....	47\$000
Dito Commercial.....	112\$000
Dito idem.....	113\$000
Dito Auxiliar.....	120\$000
Dito do Brazil.....	292\$000
Dito Nacional.....	95\$500
Dito idem.....	96\$000
Dito Estados Unidos.....	182\$000
Dito idem ex/d.....	183\$500
Dito idem.....	184\$000
Dito idem.....	185\$500
Dito idem para 31.....	189\$000
Dito Constructor.....	175\$000
Dito idem.....	175\$500
Dito idem.....	176\$000
Dito idem para 31.....	183\$000
Dito idem.....	184\$000
Dito idem.....	186\$000
Dito idem v/c até 6 de novembro....	184\$000
Comp. Oeste e Norte S. Paulo.....	40\$000

Dita Cortume pela Electricidade....	40\$000
Dita Lloyd Brasileiro.....	193\$000
Dita Terrenos e Construções.....	60\$000
Dita idem v/c até 31.....	65\$000
Dita Geral E. de F. do Brazil.....	42\$000
Dita idem.....	42\$500
Dita idem.....	43\$000
Dita idem para 31.....	45\$000
Dita idem.....	47\$000
Dita Forjas Nacional.....	41\$000
Dita Nacional Oleos.....	47\$50
Dita T. S. João.....	221\$000
Dita Terras e Colonização.....	44\$000
Dita Jardim Botânico.....	210\$000
Dita Tecidos S. Christovão.....	230\$000
Dita Melhoramentos S. Paulo.....	44\$500
Dito idem.....	42\$000
Dita Leopoldina.....	97\$000
Dito idem.....	96\$500
Dita E. de F. do Quilombo, v/c até 31 c/ todos os proventos.....	77\$00
Empreza Obras Publicas.....	106\$000

Pelo presidente, P. P. Palha.—Pelo secretario, Veigt.

Rendas fiscaes

ALFANDEGA

Rendimento dos dias 1 a 6 de outubro de 1890.....	863:826\$300
E do dia 7.....	209:148\$69

1.072:974:99

Em 1839.....	1.103:554\$835
--------------	----------------

RECEBEDORIA

Rendimento dos dias 1 a 6 de outubro de 1890.....	457:054\$610
E do dia 7.....	163:359\$610

625:415\$22

RECEBEDORIA NO CAES DO PHAROUX

Rendimento dos dias 1 a 6 de outubro de 1890.....	15:719\$32
E no dia 7.....	4:302\$89

20:022\$21

Mercadorias

CAFÉ

Telegramma expedido pela Associação Commercial para Nova York, em 7 de outubro de 1890, de manhã:

Existencia total.....	171.00
Entradas no dia 6.....	15.00
Idem em Santos.....	25.00
Embarques para os Estados Unidos....	9.00
Embarques para a Europa.....	1.00
Estado do mercado: firme.	
Frets por vapor.....	20 c. e 5 %

Preços:
1ª regular 8\$350 por 10 kilos, despezas e frete por vapor 19 7/8 c. por libra
2ª boa 7\$750 por 10 kilos, despezas e frete por vapor 13 13/16 c. por libra.

Movimento de porto

Sahidas

Pensacola — Banc. norueg. <i>President</i> , 79 tons., m. L. Michesen, eq. 13. Em lastro de pedra.
Santos—Paq. ing. <i>Horros</i> , comm. Th. Harding.
Santos—Vap. fran. <i>Entre Rios</i> , 2.134 tons. m. Croquet.
Santa Cruz—Hiat. nac. <i>Flor do Imperio</i> , 3 tons., m. Lourenço Ferreira dos Santos, eq. 3. Em lastro de areia.
Trieste e escala—Paq. austr. <i>Orion</i> , comm. F. Rodvik, pass.igs. o austriaco Andreu Rebec, sua mulher e dous filhos, Mathias Kramz e um em transito.
Porto Alegre e escala—Paq. nac. <i>Camillo</i> , comm. J. Francisco de Oliveira, pass.igs. Adolpho Pereira Carneiro, Dr. Ernesto de Otero, Florismundo Torres Clarindo, D. Felisbina Antunes Assumpção e quatro filhos, Eugenio Rodrigues Ribeiro, Luiz Noé, Antonio Pinto Cabral, D. Julia Dias, Vasco de Albuquerque Gama, Raymundo Faria Junior, sua mulher, um filho e um sobrinho, Antonio Thomé da Silva e uma filha e Manoel Thomaz Fragoso.

Entradas

Antuerpia e escalas— 22 ds. (14 ds. da Madeira), paq. belg. *Leibnitz*, comm. Frederick Graham, passags. os amer. Francis Drawn, sua mulher e um filho; o port. João de Souza Dias, sua mulher e uma filha e mais 41 em transitio.

Buenos Aires— 11 ds., barc. ing. *Robert Hine*, 306 tons., m. S. Cann, eq. 8, c. milho a Gustavo Gudgeon & Comp.

Trieste e escalas—37 ds. (3 ds. da Bahia), vap. aust. *Pandora*, 1.781 tons., m. Fabaromel, eq. 49, c. v. g. a Bradshaw & Comp.; passags. D. Maria da Silveira Menezes, D. Minervina Cardoso de Rego, Augusto Victoriano, Matheus José Pereira, o allm. Abel B. Luzzatto.

Porto—8 ds., barc. nac. *Marinho XI*, 290 tons., m. José Marquez, eq. 9, c. v. g. a Souza Irmãos & Comp.

Marselha— 56 ds., barc. norueg. *Hindoo*, 541 tons., m. J. H. Kolmer, eq. 11, c. v. g. à ordem.

Imbetiba—4 ds., pat. nac. *Efrain*, 275 tons., m. José dos Santos Sé Junior, eq. 6, c. dormentes a Lago & Irmãos.

SOCIEDADES ANONYMAS

Banco do Estado das Alagoas

ESTATUTOS

CAPITULO I

Sede, organização, fins e duração

Art. 1.º Organiza-se uma sociedade anonyma com a denominação de — Banco do Estado das Alagoas — a qual se regerá pelos decretos ns. 164, 165 A e 169, de 17 de janeiro, e n. 451 B de 31 de maio do corrente anno, e pelos presentes estatutos.

§ 1.º A sociedade terá sua sede nesto Capital Federal, emquanto assim convier aos seus accionistas.

§ 2.º Na capital do estado das Alagoas será constituída uma sub-sede, onde poderá permanecer um dos directores com um gerente de nomeação da directoria. O gerente substituirá o director na ausencia deste.

§ 3.º A sede do Banco poderá ser mudada para a capital do estado das Alagoas a juizo da assemblea geral da sociedade, a necessidade e maior conveniencia das transacções e da vida economica do banco, assim o exigirem.

Art. 2.º O Banco do Estado das Alagoas é destinado principalmente a auxiliar e desenvolver o credito industrial e real no estado das Alagoas; suas operações abrangerão os diversos ramos da actividade commercial, industrial e agricola que offereçam verdadeira garantia.

Art. 3.º O banco terá duas carteiras distinctas: uma commercial e a outra agricola, emquanto não forem approvados os seus estatutos pelo governo federal, ou de outro modo preceituado em lei, para ser convertida a carteira agricola em de credito real para a emissão das letras hypothecarias, na forma do decreto n. 169 A, de 17 de janeiro do corrente anno.

Art. 4.º Pela carteira agricola o banco deverá:

§ 1.º Fazer emprestimos aos agricultores mediante hypotheca de propriedades rurales e urbanas, penhor agricola ou caução de titulos da divida publica e accções de companhias garantidas pelo estado ou pelo governo geral e ainda por letras com duas firmas, pelo menos de lavradores abonados ou de mutuario lavrador e outra pessoa abonada, na forma dos decretos de 17 de janeiro do corrente anno.

§ 2.º Para os emprestimos aos agricultores vigorarão os seguintes prazos: de cinco a 30 annos para as hypothecas, de tres a cinco annos para colheitas pendentes, fructos agricolas e animaes, e de um anno para as let-

tras, sendo estas reformaveis a aprazimento das partes e com obrigação de reforma por mais um anno quando o devedor amortizar, pelo menos 25% do capital emprestado.

§ 3.º Os juros das operações mencionadas no paragrapho antecedente não excederão de 9% ao anno, pagos por semestres vencidos, com mais 1% de commissão para o banco sobre o valor total do emprestimo e pago de uma só vez.

§ 4.º Nas hypothecas, as amortizações que serão annuaes ou semestraes a aprazimento das partes, deverão ser compostas do juro competente, da commissão de 1% e da respectiva quota de amortização calculada sobre todo o prazo da divida, diminuindo uma e o outro a proporção do prazo para a extincção da divida, ficando sempre salvo ao devedor o direito de resgatar a divida ou as quotas desta antes do vencimento.

§ 5.º No caso de mora comprovada por intimação judicial e não solução da divida, ao juro acrescerão mais 3%.

Art. 5.º Conseguindo o banco a facultade da emissão das letras hypothecarias, todos os emprestimos dos paragraphos antecedentes constituirão a sua carteira de credito real, sobre cujo capital se tornará effectiva a garantia de juros pelo governo do estado das Alagoas, na forma do art. 13 dos presentes estatutos.

Art. 6.º O banco poderá mais pela sua carteira agricola:

§ 1.º Fundar colonias, nucleos ou estabelecimentos agricolas em terrenos proprios ou alheios aptos para qualquer cultura ou criação, mediante alienação do dominio pleno ou de emphyteusis, a immigrants estrangeiros que introduzir ou a colonos nacionaes que collocar, sendo divididos os terrenos em lotes medidos e demarcados.

§ 2.º Tomar por contrato de arrendamento, de anticresis ou outro qualquer, propriedades rurales e terrenos aptos para cultura ou outros misteres, afim de colonisalo e exploralos por conta propria ou alheia mediante commissão, sendo as bemfeitorias permanentes executadas pelo banco por conta dos proprietarios, que o indemnizarão.

§ 3.º Promover por todos os meios o desenvolvimento da industria agricola ou pastoril, comprando, vendendo terras, cultivando-as, introduzindo novas culturas ou alargando as existentes, fundando usinas e engenhos, montando apparatus e machinismos por conta propria ou alheia, e fornecendo semestralmente animaes, aves domesticas, instrumentos agrarios e mais accessorios, com obrigação de reembolso.

Art. 7.º O Banco dos Estados das Alagoas póde, cumulativamente, a juizo da sua administração, na sede, sub-sede, ou agencia que constituir, com autorização facultada nos presentes estatutos, operar pela sua carteira commercial:

a) em descontos e redescontos de letras de cambio ou da terra;

b) em descontos de saques cobrindo remessas e adiantamentos de dinheiro sobre guias ou conhecimento de generos remettidos do interior;

c) fazer movimento de fundos por conta propria ou de terceiros, fornecer cartas de credito effectuando saques e operações directas de cambio sobre praças estrangeiras, creando ou aceitando agencias de bancos ou outras;

d) promover de conta alheia a emissão e venda de obrigações de divida e preferencia;

e) comprar e vender titulos de propriedades de qualquer natureza, por conta propria ou de outros, cobrar juros de apolices e dividendos de companhias;

f) promover a organização de empresas commerciaes e industriaes de qualquer especie, negociar emprestimos, vender e explorar privilegios e concessões, receber dinheiro a premio em deposito, por letras de prazo fixo, em contas correntes de movimento, simples ou garantidas, realisar todas as operações sob a formula *del credere* inclusive abrir contas correntes garantidas por uma só firma, con-

tanto que o total desta ultima operação não exceda de 150:000\$000;

g) receber em deposito, mediante commissão, joias, metacs, pedras preciosas e titulos de qualquer natureza;

h) exercer, finalmente, todas as funções de credito, operações e manlats inherentes à instituição bancaria, quer sejam de conta propria, quer alheia, dentro e fóra do paiz.

Art. 8.º O prazo da duração do banco será de 45 annos, contados da data da sua definitiva installação, podendo este prazo ser prorogado quando convenha, ou liquidar-se de accordo com a determinação e previsões da lei.

Art. 9.º O anno social irá de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

CAPITULO II

Capital e sua realização

Art. 10. O capital com que se installa o banco é de mil e quinhentos contos de réis (1.500:000\$) dividido em 7.500 (sete mil e quinhentas) accções de 200\$ (duzentos mil réis) cada uma, podendo ser elevado até cinco mil contos de réis (5.000:000\$) a juizo da directoria, si as exigencias das transacções demonstrarem a conveniencia dessa elevação, feita pela forma por que vae determinada adiante.

Paragrapho unico. Caso resolva essa elevação, a directoria emitirá nova serie de accções, independentes da primeira serie do capital primitivo e sem os favores da integralização de que gosam estas, como vae preceituado adiante.

Art. 11. O capital da carteira agricola será de mil contos de réis, actualmente, podendo ser elevado a juizo da administração.

Art. 12. O capital com que se constitue a carteira commercial do banco é de quinhentos contos de réis (500:000\$), podendo ser elevado, a juizo da directoria, emitindo para isso na forma das leis em vigor, segunda serie de accções, na forma do artigo antecedente.

Art. 13. O capital effectivamente empregado na carteira agricola ou de credito real, até a quantia de mil e quinhentos contos (1.500:000\$), gosará da garantia de juros de 6% em ouro, ao cambio de 27 d. por 1\$, concedida pelo governo do estado das Alagoas ao Banco Colonizador e Agricola do Rio de Janeiro, pela escriptura de 10 de julho, referendada por decreto n. 30 de 21 de julho do corrente anno; para isto o banco adquirirá opportunamente a concessão feita áquelle Banco Colonizador.

Art. 14. Fica a directoria do banco autorizada a fazer aquisição da concessão a que se refere o artigo anterior feita ao Banco Colonizador e Agricola, assim como a elevar o capital de que trata o art. 10 destes estatutos, independente de convocação da assemblea geral.

Art. 15. As entradas das accções se verificarão do modo seguinte:

§ 1.º Para a totalidade do capital de 1.500:000\$ (mil e quinhentos contos de réis), com que começa a funcionar o banco; 10% já realizados no acto da subscrição; 10% quando constituido o banco, e as demais quando for exigido pelas necessidades das operações e com o prazo nunca menor de 30 dias, podendo o valor das accções, a juizo da directoria, ser integralizado com uma quota tirada annualmente dos lucros liquidos do banco.

§ 2.º Sòmente as accções do capital primitivo gozarão desta integralização na forma do paragrapho antecedente, constituindo essa o pagamento das mesmas accções.

Art. 16. Emquanto as accções forem nominativas haverá tambem na sub-sede do banco um registro para a averbação e movimento das accções.

Art. 17. Quando por successão ou herança as accções pertencam a um ou mais de um individuo, só se effectuarão as transferencias á vista de alvará do juiz competente ou de formal de partilhas.

Art. 18. Os accionistas que não fizerem suas entradas do capital nas épocas annunciadas, ou no prazo de mais 30 dias, re-

dianto o pagamento de mais 1 % sobre o valor das mesmas entradas, incorrendo na pena irrevogavel de commisso, salvo os casos de força maior, a juizo da directoria.

Art. 19. As accções cahidas em commisso, serão do novo emitidas, entrando o valor relativo para o fundo de reserva.

Art. 20. O banco poderá contrahir empréstimos por obrigações ao portador debentures desenhados ás suas operações da carteira agricola, garantindo-os com a concessão mencionada no art. 13 para o que fica a sua directoria competente, e autorizada.

CAPITULO IV

Fundo de reserva, dividendo, integralisação

Art. 21. O fundo de reserva do banco será constituído com 10 % tirados dos lucros líquidos de cada semestre, até atingir 25 % do capital social.

Art. 22. Os dividendos far-se-hão em janeiro e julho de cada anno, na sede do banco e na sub-sede, no estado das Alagoas, conforme a inscrição das accções dos registros respectivos.

Art. 23. Não serão distribuidos dividendos quando haja perdas que desfalquem o capital social, e até que este fique restaurado.

Art. 24. Além da porcentagem estabelecida no artigo antecedente para fundo de reserva será deduzida mais a quota necessaria para o serviço do empréstimo que o banco fizer para a integralisação do seu capital primitivo; essa quota constituirá, proporcionalmente ás amortizações feitas do empréstimo, o pagamento de quota correspondente do valor da entrada de cada acccionista.

A dedução dessa quota cessará quando o capital estiver integralisado, convertendo-se então as accções primitivas em títulos ao portador.

Art. 25. Os dividendos não reclamados nunca vencerão juros em favor dos accionistas, preservando em beneficio do fundo de reserva no fim de cinco annos.

CAPITULO IV

Condições dos empréstimos

Art. 26. O banco não fará empréstimos hypothecarios sinão sobre primeira hypotheca.

Parágrafo unico. O banco, em caso algum, poderá aceitar a transferencia de hypothecas de propriedades rurales de outros credores ou fazer empréstimos sobre propriedades que haja conhecimento de estarem sujeitas a onus real, desde que, na liquidação da divida primitiva, ao proprietario não ficar livre, ao menos, um terço do valor do empréstimo.

Art. 27. O banco não emprestará sobre hypothecas:

1.º De immoveis indivisos, si a hypotheca não for estabelecida sobre a totalidade desses immoveis com o conhecimento de todos os co-proprietarios;

2.º De bens, cujo uso-fructo se ache separado do direito de propriedade, salvo o consentimento expresso do proprietario e do usufructuario.

Art. 28. Pódo o banco aceitar em hypotheca propriedades urbanas de lavradores, em reforço de outras garantias, devendo as mesmas propriedades ser devidamente seguras á custa dos mutuarios, carregando-se-lhes na annuidade o premio do seguro.

Paraphrasso unico. No caso de incendio ou outro qualquer sinistro que danifique a propriedade, o banco receberá do segurador a quantia competente em indemnização ou o valor total do seguro, retendo a importância em seu poder, como garantia, até que o prejuizo seja reparado ou reedificado.

Art. 29. Fica o banco com o direito de exigir o embolso do seu capital antes do prazo do contracto, mais a indemnização de 5 %:

1.º Si o mutuario, dentro do prazo de um mez, não denunciar ao banco a alienação total ou parcial, que tenha feito, de immovel hypothecado;

2.º Si igualmente e no mesmo prazo não denunciar ao banco as deteriorações que o

immovel sofrer, assim como todas as faltas que lhe diminuam o valor, ou perturbem a posse ou ponham em duvida o seu direito de propriedade;

3.º Si tiver occultado ao banco factos por elle conhecidos, que produzam a depreciação do immovel e que extingam o direito de propriedade do devedor sobre os immoveis hypothecados.

Art. 30. Os empréstimos hypothecarios a longo prazo, não poderão exceder a metade do valor dos bens rurales e a dous terços dos urbanos.

Art. 31. Esses empréstimos serão reembolsados por meio de annuidades, calculadas de modo a amortizarem o capital mutuado, os juros e a commissão no prazo estipulado para o pagamento dos mesmos empréstimos.

Art. 32. Os empréstimos a longo prazo, seja qual for a época do contracto, ficam sujeitos aos vencimentos, semestrais, previamente fixados pelo banco.

§ 1.º Os empréstimos, vencidos por semestres, poderão ser pagos annualmente, levando o banco os juros do semestre á conta do mutuario para o fim de serem pagos conjuntamente com a annuidade, na época do pagamento desta;

§ 2.º No acto do empréstimo, o banco receberá do mutuario ou de luzira do capital mutuado a annuidade respectiva ao tempo que deve decorrer, da data do contracto ao fim do primeiro anno em que o contracto se fizer.

Art. 33. A annuidade comprehenderá os juros estipulados, a amortização do capital e a commissão da administração, na forma do contracto feito pelo Banco Colonial Agricola, com o governo do estado das Alagoas.

Art. 34. O banco publicará as suas tabellas de annuidades, calculadas de modo a poderem os interessados verificar, em qualquer tempo, qual a somma amortizada e por amortizar, bem como as parcelas dos juros, amortização do capital e commissão de que se compõe cada annuidade.

Art. 35. A proposta ao banco, para empréstimos a longo prazo, será acompanhada dos títulos de propriedade, contracto de qualquer especie que as grave, e todas as informações que sejam necessarias para o completo conhecimento das condições em que se accia o immovel offerecido em hypotheca.

Art. 36. Recebida a proposta de um empréstimo, o banco mandará avaliar a propriedade, determinar a, levantar-lhe a planta pelo engenheiro e peritos de sua confiança, satisfazendo quanto for possível ás exigencias da lei Terras, para effectiva garantia do empréstimo pelo conhecimento exacto do valor da propriedade de. Feita a avaliação e o registro, o conselho de director resolverá sobre o empréstimo, fixando a quantia e as annuidades.

§ 1.º Antes de mandar effectuar essa avaliação e registro, o banco poderá fazer contracto com o proponente sob penhor agricola para o empréstimo de pequena quantia, afim de castear o serviço da propriedade.

Por occasião deste empréstimo, lavrar-se-ha contracto em que o banco se obriga a mandar fazer a avaliação da propriedade e o registro, e o proprietario se obriga, feito este, vir contractar o empréstimo hypothecario na forma da sua proposta.

§ 2.º Caso se recuse a esse contracto, o proponente será obrigado a pagar as despesas do registro, e mais a multa de 5 % do seu valor, além dos juros de 1 % ao mez por todo o tempo da demora do pagamento.

§ 3.º As despesas feitas para o empréstimo hypothecario, serão por conta do mutuario e serão deduzidas do liquido do empréstimo ficando salvo ao proponente mandar fazel-as por si, com as garantias da lei para apresentar ao banco o registro que prove a valorisação da sua propriedade.

Art. 37. O banco terá um gerente na sub-sede ao qual incumbir-se-á auxiliar o director no serviço, substituir-lo quando este não estiver presente e remover a gestão externa e manejo dos negocios, sempre sob as ordens immediatas do director presente, e da directoria, quando este não se achar na sub-sede.

Art. 38. Ao director presente na sub-sede e ao gerente, na ausencia deste, incumbe fazer as operações de penhor agricola, depositos e outras de pequena monta, bem como as transacções sob caução de títulos e de fidejussões de mercadorias existentes, com a margem de preço necessaria; devendo, porém, as propostas de maior valor e as de empréstimo a prazo longo ser sujeitas á deliberação da directoria na sede do banco.

Art. 39. O director que estiver na sub-sede ou o gerente, na ausencia deste, remetterá mensalmente á directoria na sede do banco um relatório de todo o movimento havido, das propostas apresentadas e das transacções em via de execução, representando a conveniencia destas.

Art. 40. O banco será representado na sub-sede pelo director presente ou pelo gerente, na ausencia deste; na sede, pelos outros directores.

CAPITULO V

Administração

Art. 41. O banco será dirigido por uma administração composta de tres membros eleitos pela assemblea geral; esses elegerão de entre si o presidente e o secretario.

§ 1.º Um dos directores poderá ter exercicio na sub-sede do banco, na capital do estado das Alagoas, e a este incumbe dirigir todos os negocios, tomando por si as deliberações de simples expediente para as operações e preparo das propostas a ser presentes á deliberação da directoria na sede do banco com a sua formação sua.

Art. 42. Além das prerogativas e encargos que lhe cabem por lei, a directoria do banco poderá:

§ 1.º Transigir, renunciar direitos e accções relativas a bens sociaes para execução dos fins mencionados nestes estatutos, celebrar accordos e aceitar quaesquer contractos com o Governo Federal ou com estados e intendências, e bem assim com particulares; arrendar, comprar ou construir os edificios necessarios ao serviço do banco, na sede e sub-sede.

§ 2.º Representar o banco pela pessoa de seu presidente ou de quem suas vezes fizer, em todos os actos publicos ou particulares, para o que se lhe conferem por estes estatutos todos os poderes, inclusive os de procurador em causa propria.

§ 3.º Solicitar e aceitar dos poderes publicos quaesquer auxilios, favores, privilegios e concessões que possam ser utilizados ou explorados pelo banco.

§ 4.º Fiscalisar a estricta observancia dos estatutos e regimento interno.

§ 5.º Apresentar o relatório annual á assemblea geral dos accionistas; convocar as assembleas ordinarias e extraordinarias, e deliberar sobre todos os contractos e operações.

§ 6.º Finalmente, cumprir e fazer cumprir o seu mandato com todas as attribuições a elle inherentes.

Art. 43. O director presidente vencerá o honorario annual de seis contos de réis, (6.000\$), bem como os outros dous directores, bem como a porcentagem de 1/2 % dos lucros annuaes.

Art. 44. Na ausencia ou impedimento de qualquer director será substituído: o presidente pelo secretario; o secretario por um acccionista, preenchendo-se a vaga, quando seja caso disto, por eleição na primeira reunião da assemblea geral.

CAPITULO VI

Das fiscaes

Art. 45. Será eleito annualmente em assemblea geral ordinaria um Conselho fiscal— composto de tres membros affectivos e tres supplentes, aos quaes competem os direitos e deveres exarados na citada lei de 17 de janeiro de 1890.

O cargo será remunerado com o honorario de oitenta mil réis (80\$), mensalmente.

Art. 46. O conselho fiscal sem embargo das reuniões que, por virtude de lei, lhe

incumbe celebrar, reunir-se-ha quando for convocado para tomar conhecimento dos negocios que a administração do banco submitter á sua consulta, lavrando-se acta especial do que occorrer.

CAPITULO VII

Das assembleas geraes

Art. 47. A assemblea geral é a reunião de todos os accionistas que tenham suas acções inscriptas no registro do banco e da sub-sede pelo menos 60 dias antes, e cuja soberania assim concretada é o unico poder competente para resolver todos os negocios de conformidade com a lei.

Art. 48. Em geral, na reunião e convocação das assembleas geraes, se observará todo o disposto no mencionado decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890, e em especial fica estabelecido que:

§ 1.º As assembleas geraes ordinarias terão lugar uma vez por anno, até o mez de março, salvo impedimento justificado; e as extraordinarias sempre que forem necessarias á juizo da administração e do conselho fiscal ou nas hypotheseis da lei.

§ 2.º As assembleas geraes ordinarias e extraordinarias serão presididas pelo presidente do banco ou quem suas vezes fizer, o qual convidará dous accionistas que sob approvação da assemblea, servirão de 1.º e 2.º secretarios.

§ 3.º Cada grupo de 10 acções averbadas com 60 dias de antecedencia, dá direito a um voto; mas nenhum accionista disporá de mais de 25 votos, seja qual for o numero de acções que possuir. Igual direito cabe ao possuidor de acções ao portador, depositando no banco ou na sub-sede os titulos dous mezes antes.

§ 4.º As deliberações da assemblea geral tomadas por maioria de votos, obrigam ausentes e dissidentes.

§ 5.º Todo accionista poderá fazer-se representar por procurador, confiante que este seja igualmente accionista do banco.

§ 6.º As assembleas geraes ordinarias suspendem a transferencia das acções nos oito dias anteriores aquelle para que forem annunciadas.

§ 7.º As convocações serão feitas com o prazo da lei.

§ 8.º Nas reuniões extraordinarias não se tratará de assumpto alheio ao que determinou sua convocação.

§ 9.º Os portadores de titulo de prelação e obrigações de divida, de que falla o art. 20 podem assistir as assembleas geraes e discutir, mas não votar, comtanto porém, que os portadores tenham, com antecedencia de 60 dias, depositado as ditas acções na secretaria do banco, ou na sub-sede, em Maceió.

CAPITULO VIII

Disposições geraes e transitorias

Art. 49. A directoria procurará sempre ultimar por meios amigavals, ou por arbitramento particular, as contestações que venham a originar-se no memento dos negocios do banco, ficando, porém, a mesma directoria autorizada a demandar e a ser demandada sem reserva de poderes, que todos lhes são conferidos, e por estes estatutos outorgados.

Art. 50. O banco não póde emprestar sobre penhor de suas proprias acções, nem descontar letras provenientes de dinheiro que receber a premio, sendo-lhe, todavia, licito admitir umas e outras em trasacções com o proprio estabelecimento, ou nas que intervier por conta de terceiro.

Art. 51. Os cheques, os endossos e, em geral, todos os actos in licitivos de transferencia legal do titulos commercias ou de responsabilidades pecuniarias, serão firmados por um director e rubricados pelo director presidente, ou por quem suas vezes fizer; na sub-sede, pelo representante legal.

Art. 52. Os accionistas poderão integralizar com anticipação, e em qualquer tempo, o valor das suas acções; e neste caso perceberão o juro de 5%, pelo excesso das entradas que realizarem alem das chamadas.

Art. 53. Nenhum membro da directoria entrará em exercicio de suas funcções, sem garantir a responsabilidade de sua administração com o penhor ou caução de 100 acções os primeiros, e de 50 os segundos.

Art. 54. Pelos presentes estatutos fica á directoria do banco autorizada a organizar, com audiencia do conselho fiscal, os regulamentos que forem precisos.

Art. 55. O primeiro anno social terminará em 31 de dezembro de 1891.

Art. 56. As sessões da directoria são obrigatorias e serão effectuadas, ao menos, uma vez por semana, lançando-se em livro especial tudo quanto nella se deliberar.

Art. 57. A primeira directoria funcionará por seis annos, podendo ser reeleita, e as subsequentes por cinco annos.

Art. 58. Fica entendido que nos casos omissos, não expressados nestes estatutos, regem as disposições dos decretos ns. 164, 165 A e 169 A de 17 de janeiro de 1890.

Art. 59. A assemblea geral que tiver por objecto alguma reforma nos estatutos, poderá ser convocada pela directoria, espontaneamente, ou mediante solicitação do conselho fiscal; como tambem a requerimento de sete ou mais accionistas, representando, pelo menos, uma quinta parte do capital social.

Art. 60. Por derogação do art. 41, a primeira directoria do Banco do Estado das Alagoas fica assim composta:

Presidente

Couselheiro Lourenço Cavalcanti de Albuquerque.

Director-gerente

Dr. Francisco de Paula Leite Oiticica.

Secretario

Dr. José Viriato de Freitas.

Conselho fiscal

Commendador Antonio José Gomes Brandão.
Commendador Caetano Pinheiro da Fonseca.

João Aidano da Costa Imbuzeiro.

Supplentes

José Caetano de Araujo Lima.

Augusto Barbosa da Silva.

Visconde da Leopoldina.

Os abaixo assignados, subscriptores das acções do Banco do Estado das Alagoas, declararam que subscrevem e approvam os presentes estatutos em todos os seus artigos e paragraphos, para produzirem todos os effectos legais.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1890.

Assignados:

100 Lourenço Cavalcanti de Albuquerque.	20:000\$000
100 Francisco de Paula Leite Oiticica.	20:000\$000
100 José Viriato de Freitas	20:000\$000
745 Por diversos accionistas ausentes — Hygino Costa.	189:000\$000
50 João Aidano da Costa Imbuzeiro.	10:000\$000
50 Por procuração, José Rodrigues Leite Imbuzeiro, José Lima.	10:000\$000
20 José Caetano de Araujo Lima.	4:000\$000
300 Banco Colonizador e Agricola.	60:000\$000
15 Antonio Joaquim Mendes.	3:000\$000
50 A. J. Gomes Brandão.	10:000\$000
10 Joaquim Antero de Carvalho.	2:000\$000
200 E. P. Wilson.	40:000\$000
5.000 Visconde de Leopoldina.	1.000:000\$000
50 Manoel Ferreira da Costa e Souza.	10:000\$000
100 Bernardino Ferreira da Costa e Souza.	20:000\$000
50 Antonio Ferreira Marques de Souza.	10:000\$000

50 Soares do Oliveira & Comp.	10:000\$000
50 Joaquim Antonio Gonçalves Bastos Junior	10:000\$000
200 A. P. Wilson.	40:000\$000
10 João Alves Azevedo.	2:000\$000
50 Antonio Joaquim Bordallo Velho.	10:000\$000
Somma.	1.500:000\$000

N. 1.036—Certifico que foram archivados hoje nesta repartição, sob n. 1.036, em virtude do despacho da Junta Commercial, os estatutos do Banco do Estado das Alagoas, com os demais documentos exigidos por lei.

Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, 6 de outubro de 1890. — O secretario, Cesar de Oliveira.

Estava sellado com estampilhas do valor de 5\$200.

Companhia de Saboaria Paulistana

ESTATUTOS

CAPITULO I

Da denominação, sede, duração, fins, dissolução e liquidação da companhia

Art. 1.º Com a denominação de Companhia de Saboaria Paulistana fica estabelecida, com sede na Capital Federal, com agencias e officinas filiaes fora della, e com a duração do prazo de 30 annos, que poderá ser prorogado, uma sociedade anonyma regida pelos presentes estatutos e pelas leis geraes nos casos omissos.

Art. 2.º O objecto e fins da companhia consistem na industria de fabricar todas as qualidades de sabão e oleos, montando as industrias que sejam congeneres, auxiliares e correlativas; commerciar em todos os mais generos relativos a esta industria; comprando e estabelecendo fabricas na capital do estado de S. Paulo, cidade de Taubaté, Campo Bello, Barra do Pirahy e Capital Federal, si assim julgar conveniente a directoria, que poderá alterar o numero das fabricas e localidades.

Art. 3.º Antes de expirar o prazo social, não poderá a companhia ser dissolvida sinão nos casos legais previstos ou por motivos de alta conveniencia aceitos pela assemblea geral dos accionistas. Resolvida a dissolução da companhia, a liquidação se operará de accordo com a deliberação da mesma assemblea e com as prescripções legais.

CAPITULO II

Do capital, acções, fundo de reserva e dividendos

Art. 4.º O capital da companhia será de 200:000\$ representados por 1.000 acções de 200\$ cada uma, e se formarão com a aquisição das fabricas já tratadas pela avaliação que se fizer na forma da lei, e o restante em acções da mesma companhia; poderá ser elevado por deliberação da assemblea geral dos accionistas e, neste caso, terão os accionistas, então inscriptos nos registros da companhia, preferencia á distribuição proporcional das novas acções, si assim o declararem no prazo marcado pela directoria.

Art. 5.º Realizada a primeira prestação de 10% no acto da subscripção das acções, far-se-hão as outras até o valor de 50% com intervallo nunca menor de 30 dias, á juizo da directoria. O resto do capital das acções será completado com uma quota retirada dos lucros liquidos semestrais.

Art. 6.º O accionista que não effectuar o pagamento das prestações devidas, no prazo annunciado, incorrerá na multa de 2% sobre a importancia respectiva, caso se realice o pagamento sobredito dentro de 30 dias subsequentes: no caso contrario, poderá a directoria, ouvido o conselho fiscal, impór a pena de commissio, revertendo a quota do capital já realiado em favor do fundo de reserva.

Paragrapho unico. As acções declaradas em commissio poderão ser remittidas pela directoria.

Art. 7.º Os dinheiros da companhia serão recolhidos a um ou mais bancos acreditados, com os quaes a directoria abrirá conta corrente para o necessario movimento de fundos.

Art. 8.º O fundo de reserva da companhia será formado semestralmente com uma quota até 10 % dos lucros liquidos das operações, até attingir 50 % do capital realisado.

Si, por qualquer eventualidade, for desfalcado, será de novo reforçado com a mesma porcentagem semestral, até attingir aquelle maximo.

As quantias que se destinarem à sua formação são desde o principio convertidas em titulos publicos ou commerciaes bem reputados.

Art. 90. Deduzida, a juizo da directoria, a quota do fundo de reserva e bem assim a destinada a completar o resto do capital ou qualquer outra a que a assembléa geral der applicação especial, os restantes lucros liquidos terão a seguinte applicação: aos accionistas, como dividendo de suas acções, até 12 % ao anno e o excedente dividido em duas partes iguaes entre os directores e os accionistas como dividendo supplementar, mas não se fará distribuição de dividendo sempre que o capital social desfalcado, em virtude de perdas, não for completamente restabelecido.

CAPITULO III

Da assembléa geral dos accionistas

Art. 10. Reunir-se-ha até o mez de abril de cada anno a assembléa geral ordinaria dos accionistas para tomar conhecimento do relatório e contas da administração e do parecer fiscal à respeito apresentado; ser inteirada do movimento social annual e deliberar sobre tudo que for conveniente aos interesses communs.

A assembléa geral extraordinaria terá lugar nos casos legais e sempre que o exigir algum motivo ponderoso. Para a assembléa geral ordinaria se fará convocação com antecedencia de 15 dias; para a extraordinaria ou novas convocações, por falta de numero, com a antecedencia de 3 a 8 dias.

Art. 11. Qualquer accionista por si ou por seu procurador especial ou representante legal, nos outros casos, pôde tomar parte nas discussões da assembléa geral, mas não poderá votar si não possuir pelo menos cinco acções, dando cada grupo de cinco acções direito a um voto e não cabendo a nenhum accionista mais de 40 votos, seja qual for o numero de acções que possuir ou representar.

§ 1.º Todavia não poderá votar o procurador que não for accionista, o director ou membro do conselho fiscal na approvação das contas da administração ou do parecer respectivo e finalmente qualquer accionista em negocio de seu particular interesse.

§ 2.º A caução das acções não inhiibe o accionista de discutir e votar nos termos expostos; priva-o simplesmente de receber os dividendos das acções si no contracto de caução, devidamente registrado, assim se estipular.

Art. 12. As deliberações da assembléa são tomadas por maioria de votos dos accionistas cujas acções estejam registradas nos livros da companhia, pelo menos, 30 dias antes da reunião, e esses votos serão contados conforme o artigo antecedente. As eleições se farão por escrutínio secreto.

Paraphrased unico. A assembléa geral não poderá deliberar sem estar representado pelo menos 1/4 do capital social ou 2/3 para os casos dos arts. 3.º e 6.º da lei n. 164 de 17 de janeiro de 1890 (Sociedades Anonymas).

Art. 13. O presidente da directoria, e, na sua falta, algum dos outros directores, instalará a assembléa geral e, em seguida, será designado por aclamação o presidente da assembléa geral e este, convidando dous accionistas para servirem de secretarios, dirigirá os trabalhos da reunião.

Art. 14. Compete à assembléa geral dos accionistas:

§ 1.º Eleger os administradores e fiscaes e marcar-lhes os vencimentos.

§ 2.º Tomar contas à administração e dar ou negar quitação aos mandatarios.

§ 3.º Deliberar livremente sobre os negocios da companhia e sobre tudo que diz respeito à sua prosperidade e aos interesses dos accionistas.

§ 4.º Resolver as divergencias entre os directores.

§ 5.º Reformar os estatutos, augmentar o capital, prorogar o prazo da duração da companhia, decretar a sua liquidação e tudo mais que as leis e os estatutos prescreverem.

CAPITULO IV

Da administração da companhia

Art. 15. A companhia será administrada por uma directoria composta de tres membros, eleitos por maioria de votos e escrutínio secreto, pela assembléa geral, de tres em tres annos.

Os directores designarão entre si os cargos e não poderão entrar em exercicio sem depositarem, em caução da gestão, 25 acções, que ficarão inalienaveis enquanto durarem as respectivas funções e até que suas contas sejam approvadas.

A directoria, por seu presidente ou por quem suas vezes fizer, representa a companhia em todos os actos publicos ou particulares, para o que lhe são conferidos, por estes estatutos, todos os poderes, sem reserva, em direito permittidos, inclusive os de procurador em causa propria.

Art. 16. Na vaga de director, por morte, renuncia expressa ou tacita, ausencia dentro ou fóra do paiz, por mais de tres mezes, salvo motivada por commissão em serviço da companhia, escolherá a directoria, para preencher a vaga, um accionista dentre os que estiverem em condições de elegibilidade, o qual exercerá, prestando a caução referida, o cargo até a primeira assembléa geral ordinaria, que confirmará a escolha ou elegerá outro director.

Paraphrased unico. Considera-se renuncia tacita a não effectuação da caução 30 dias depois da installação da companhia, tratando-se dos primeiros directores, ou 30 dias depois da eleição ou escolha, tratando-se dos futuros directores.

Art. 17. A directoria compete:

§ 1.º Deliberar sobre todos os negocios da companhia, ouvindo, quando convier, o conselho fiscal.

§ 2.º Fiscalizar todas as transações e escripturação; fazer chamada dos capitães, decretar o comisso das acções, recolher os dinheiros da companhia a estabelecimentos bancarios de reconhecido credito, formar o fundo de reserva, noméar, suspender e demittir os empregados e marcar-lhes os vencimentos e fianças, quando as devam prestar, organizar os regulamentos necessarios ao serviço, procurar os melhores mercados para os productos das fabricas e fazer tudo o mais que convier à prosperidade da companhia.

§ 3.º Saccar, endossar e aceitar lettras, transigir, demandar e ser demandada, dar poderes especiaes e illimitados, contrahir empréstimos por titulos de prelação, quando julgar conveniente e necessario, independente de consulta à assembléa geral, celebrar quaesquer contractos de que provenham direitos e obrigações para a companhia, inclusive arrendar, comprar, vender ou alienar bens de raiz, comprar machinismo, utensilios e tudo o mais que for preciso para as fabricas e sua montagem, comprar e vender os generos relativos, podendo, para esses fins, praticar toda a especie de transações commerciaes.

§ 4.º Executar e fazer executar fielmente estes estatutos, as disposições legais e as deliberações da assembléa geral.

Art. 18. A directoria se reunirá em sessão pelo menos uma vez por mez, lavrando-se em livro, sob a immediata fiscalisação de director secretario, as respectivas actas, assignadas pelas membros presentes e tomando-se as deliberações por maioria de votos, nos quaes

caberá ao presidente o voto de qualidade, no caso de empate.

Art. 19. Ao presidente da directoria compete:

§ 1.º Apresentar à assembléa geral ordinaria dos accionistas, em nome da directoria, o relatório annual das operações e estado da companhia.

§ 2.º Executar e fazer executar fielmente as decisões da directoria.

§ 3.º Presidir às sessões da directoria e abrir as da assembléa geral.

§ 4.º Assignar os balanços mensaes e semestraes que tiverem de ser publicados, as acções emitidas e as cautelas provisórias com o director secretario ou quem suas vezes fizer.

§ 5.º Ser órgão da administração e o representante da companhia nas suas relações officiaes.

§ 6.º Autorizar os pagamentos e rubricar os cheques.

Art. 20. Nas faltas e impedimentos temporarios o presidente será substituido pelo secretario.

CAPITULO V

Do conselho fiscal

Art. 21. Compõe-se o conselho fiscal de tres membros e tres supplentes eleitos annualmente pela assembléa geral ordinaria.

Art. 22. Incumbe ao conselho fiscal: Examinar, de conformidade com a lei, a escripturação da companhia e dar parecer sobre os negocios e operações da mesma, entregando-o à administração para que esta o faça publicar e o apresente à assembléa;

2.º Emitir igualmente juizo sobre quaesquer erros, faltas ou fraudes que encontrar e suggerir as medidas e alvitres que julgar vantajosos à companhia;

3.º Tomar parte nas deliberações da directoria, quando esta lh'o requisitar, e manifestar-se sobre os mesmos assumptos em que for consultado;

4.º Convocar a assembléa geral extraordinariamente nos casos previstos por lei.

CAPITULO VI

Disposições geraes

Art. 23. O primeiro anno social termina a 31 de dezembro de 1891.

Art. 24. A séde da companhia poderá ser mudada para a capital do estado de S. Paulo ou de outro logar, si assim convier aos interesses da companhia; e, neste caso, resolverá a directoria, ouvindo a assembléa geral.

Art. 25. Por derogação especial do art. 15 motivada por interesse geral da companhia e por direitos adquiridos, servirão de directores nos seis primeiros annos da companhia, independente de eleição, os accionistas: capitão Carlos Teixeira de Magalhães Leite, Carlos José da Costa e Seraphim Ferreira dos Santos; membros do conselho fiscal, no primeiro anno social, os accionistas: Afonso Cordeiro de Negreiros Lobato, João Moreira de Alcantara e Francisco Soares da Fonseca, e supplentes: João Ernesto Ferreira Pires, José António Coelho e Manoel José Borges.

Art. 26. Os directores perceberão cada um o vencimento annual de 4:800\$, e mais a gratificação que lhes couber em virtude do art. 9.º; os membros do conselho fiscal 1:2000\$ cada um.

Art. 27. Os accionistas aceitam e confirmam, em todas as suas partes, os presentes estatutos, em prova do que os subscvem para todos os effeitos juridicos, e autorizam a directoria a solver todas as despezas da installação.

Paraphrased unico. A assignatura destes estatutos pelos actuaes donos das fabricas, já ajustadas para objecto de que trata o art. 2.º destes estatutos, importa o compromisso formal e positivo que os ditos proprietarios e simultaneamente subscriptores de acções assumem de outorgar à companhia as escripturas de transferencia ou transmissão de suas respectivas fabricas pelos preços e condições por que forem avaliadas.

Capital Federal, 27 de setembro de 1890.

Cópia—N. 1035—Certifico que foram arquivados hoje nesta repartição, sob n. 1035, em virtude de despacho da Junta Commercial, os estatutos da Companhia de Saboaria Paulistana com os demais documentos exigidos por lei. Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, 6 de outubro de 1890.—O secretario, Cesar de Oliveira.

Estavam duas estampilhas do valor de \$5200, ambas inutilizadas com a data e a assignatura do mesmo secretario, e estando tambem o sello de que usa a Junta Commercial.

Banco Brasileiro

ACTA DA ASSEMBLÉA CONSTITUTIVA

Aos dias 27 do mez de setembro de 1890, achando-se reunido no salão do Banco de Credito Real do Brazil, á rua Primeiro de Março n. 35, numero sufficiente do accionistas, representando mais de dous terços do capital do banco, conforme a lei em vigor, o Sr. tenente-coronel Luiz Joaquim dos Santos Lobo, na qualidade de incorporador, convidou para presidir os trabalhos da assembléa ao Sr. commendador Jorge da Costa Franco, que accitando convidou para os cargos de 1.º e 2.º secretarios os Srs. commendador Luiz de Faro Oliveira e tenente Alfredo Eutequiano dos Santos.

Pelo Sr. 1.º secretario foi lido o titulo de deposito do teor seguinte:

«Certifico que se acha depositado neste banco a quantia de (500:000\$) quinhentos contos de réis, provenientes da primeira entrada de 10% ou 20% por acção, sobre 25,000 acções do Banco Brasileiro.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1890.—Pelo Banco Sul Americano, Eduardo Ramos, secretario».

Pelo mesmo Sr. 1.º secretario foram lidos os estatutos do banco, que vão transcriptos no fim desta acta.

O accionista o Sr. commendador Alfredo Montanha Martins de Pinho mandou á mesa a seguinte proposta por elle assignada e pelos Srs. tenente Alfredo E. dos Santos e Antonio Joaquim Rabello Braga:

«Propoño que a directoria fique autorizada a pagar as despezas da incorporação do banco».

Lida pelo 1.º Sr. secretario foi unanimemente approvada.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente depois de agradecer a sua escolha para o honroso cargo que está exercendo, declara installado com todas as formalidades da lei o Banco Brasileiro, para o qual deseja toda a sorte de prosperidade, e levanta a sessão, sendo lavrada esta acta antes, que é unanimemente approvada.

Jorge da Costa Franco, presidente.—Luiz de Faro Oliveira, secretario.—Alfredo E. dos Santos, secretario.

ESTATUTOS

CAPITULO I

Denominação, sede, operações e duração do banco

Art. 1.º Sob a denominação de Banco Brasileiro e com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, fica constituida uma sociedade anonyma que se destina a auxiliar o commercio e industria, desenvolver o credito individual e do proprietario.

Art. 2.º Para realizar os seus fins o banco poderá:

1.º Descontar e redescantar lettras e outros titulos commerciaes, á ordem e com prazo fixo, bilhetes do Thesouro e thesourarias dos estados da Republica e quaesquer titulos de valor reconhecido;

2.º Empréstimo sobre garantia de titulos do governo ou dos estados, de acções ou titulos de prelação de sociedades anonymas que

tenham cotação na praça, hypothecas de predios urbanos e ruraes, penhor de ouro, prata e pedras preciosas, mercadorias, generos agricolas ou industriaes e quaesquer objectos de valor;

3.º Adeantar dinheiro sobre generos depositados em alfandegas, trapiches, armazens ou estações de estradas de ferro, sobre os respectivos documentos, uma vez que essas operações offereçam segurança;

4.º Adeantar dinheiro sobre alugueis de predios urbanos, ou descontar-os;

5.º Empréstimo para a compra e construção de casas para moradia, ou edificios para estabelecimentos commerciaes e industriaes, uma vez que o proponente entre com 25% do valor do predio;

6.º Comprar, vender, edificar, por conta propria ou de terceiros, predios urbanos;

7.º Arrendar ou locar predios urbanos, para sublocal-os mediante vantagens que forem ajustadas;

8.º Abrir e conceder creditos, contas correntes garantidas com firmas idoneas, titulos do governo geral ou dos estados, acções e valores de qualquer natureza.

9.º Operar em cambios;

10. Effectuar operações de *Del-credere* e facilitar operações de qualquer natureza, mediante vantagens convencionaes;

11. Fazer por conta propria, alheia ou de participação, as operações conhecidas com o nome de *Report*;

12. Subscriver, comprar, vender, por conta propria, de terceiros ou de participação, fundos publicos nacionaes ou estrangeiros, acções, titulos e obrigações de sociedades anonymas ou commanditarias, podendo, para facilitar as operações, adiantar dinheiro com segurança e vantagens convencionaes;

13. Adquirir direitos de terceiros que sejam seguros e de facil liquidação;

14. Fazer operações de credito agricola e credito real facultadas pelos decretos ns. 164 de 17 de janeiro e 163 A de 19 de janeiro de 1890, si para isso for concedida permissão pelo governo, adicionando-se neste caso aos estatutos a regulamentação dessas operações nos termos do art. 13 § 9º do citado decreto 169 A;

15. Recober depositos em conta corrente de movimento, a prazo fixo, ou por lettras, e emittir titulos ao portador (*debtures*);

16. Contractar em geral com o governo central ou dos estado sobre tudo que disser respeito aos seus fins;

17. Finalmente exercer todas as funções bancarias e estabelecer filiaes e agencias onde convier;

Art. 3.º O banco poderá estabelecer uma carteira de seguros para os predios de sua propriedade e dos que forem objecto de sua contracto até o maximo da decima parte do capital realiado.

Art. 4.º A directoria organizará o regulamento interno sobre o modo de effectuar as operações prediaes e as respectivas tabellas, bem como dará instrucções e regulamentos aos gerentes das filiaes e agencias que crear.

No calculo das prestações, além do juro e amortisação do capital, se adicionará as despezas com impostos, pennis de agua e outros a que estiverem sujeitos os predios.

Art. 5.º A duração do banco será de 50 annos, não podendo antes desse tempo ser dissolvido sinão por algum dos motivos previstos em lei.

CAPITULO II

Capital e acções

Art. 6.º O capital do banco é de dez mil contos de réis dividido em 50.000 acções de 200\$ cada uma, podendo funcionar logo que estejam subscriptas 25.000 acções.

Art. 7.º A importancia das acções será realizada em prestações nunca inferiores a 10% do seu valor nominal. A primeira no acto da subscrição, as outras com intervallos pelo menos de 30 dias e prévios avisos nos jornaes mais lidos.

Art. 8.º No caso de falta do pagamento por parte do accionista da quota do capital de suas acções, fica elle responsavel pela mesma

quota e juros da móra, na razão de 1% ao mez, si a directoria entender dever concedel-a e não impor a pena de comisso. No caso de fallencia ou morte de algum accionista, antes de integralizadas as acções, póde a directoria, ouvida a commissão fiscal, mandar vender por intermedio de corretor, na Bolsa, as respectivas acções, ficando o producto liquido depositado no banco, sem vencer juros, á disposição de quem de direito.

Art. 9.º As acções declaradas em comisso serão vendidas, e o producto das entradas do do capital levado á conta do fundo de reserva.

CAPITULO III

Da administração

Art. 10. A admidistração do banco será composta de quatro directores que nomearão entre si o presidente, vice-presidente, secretario e gerente.

Art. 11. Só poderá fazer parte da directoria o accionista que possuir, pelo menos, cem acções, livres e desembaraçadas, escripturadas em garantia de sua gestão, não podendo dispor dellas sinão depois de terminada esta, e approvada, pela assembléa geral. São inelegiveis as pessoas juridicamente impedidas de commerciar ou que dirigirem estabelecimentos congeneres.

Art. 12. A eleição da directoria será feita pela assembléa geral ordinaria, por maioria absoluta de votos em escrutinio secreto, contendo cada cedula declaração externa do numero de votos do accionista. Si no primeiro escrutinio não houver maioria absoluta do votos, proceder-se-ha a segundo, entre os nomes mais votados em numero duplo dos que tiverem de ser eleitos, e neste caso bastará a maioria relativa. A sorte decidirá no caso de empate.

Art. 13. Os directores servirão por tres annos, excepto a primeira directoria, cujo mandato será por cinco annos, podendo ser reeleita.

Art. 14. No caso de fallecimento de algum dos directores, impedimento ou resignação, a directoria poderá funcionar só com os tres membros restantes ou convidará qualquer dos membros do conselho fiscal a preencher o logar vago até a reunião da primeira assembléa geral ordinaria, em que será provido o lugar.

Paragrapho unico. O director eleito servirá sómente durante o tempo do mandato do fallecido ou impedido.

Art. 15. A directoria deliberrará sobre tudo que disser respeito á sociedade, de conformidade com estes estatutos, sendo as suas deliberações sempre tomadas por maioria de votos.

Art. 16. São attribuições da directoria:

1.º Crear agencias ou caixas filiaes dentro ou fóra da Republica, marcando o limite das operações que os respectivos agentes possam fazer.

Para esse fim deverá ser sempre ouvido o conselho fiscal, opinando a directoria pela resolução da maioria absoluta;

2.º Nomear, suspender ou demittir os empregados do banco; marcar-lhes os ordenados e estabelecer as fianças que julgar necessarias;

3.º Organizar e apresentar annualmente á assembléa geral ordinaria relatorio circumstanciado do estado social, acompanhado do parecer do conselho fiscal;

4.º Determinar depois do balanço semestral, de combinação com o conselho fiscal, o dividendo a distribuir-se;

5.º Convocar as assembléas geraes dos accionistas, tanto ordinarias como extraordinarias;

6.º Solicitar e aceitar dos poderes publicos quaesquer auxilios, favores e concessões que possam ser utilizadas ou exploradas pelo banco;

7.º Exercer livre e geral administração e transigir, para o que lhe são outorgados plenos e illimitados poderes, para resolver amigavel ou judicialmente as questões entre o banco e seus devedores ou terceiros, de mandar e ser demandada.

Art. 17. Compete ao presidente dirigir os trabalhos das assembleas geraes, quer ordinarias, quer extraordinarias, e da directoria, representar o banco em todas as relações officiaes, em juizo e fóra delle, fazer executar os estatutos, regulamentos e resoluções da assemblea geral e da directoria.

Art. 18. Compete ao vice-presidente substituir o presidente em todos os seus impedimentos.

Art. 19. Ao secretario compete redigir e escrever as actas da directoria, cujo livro fica sob sua guarda.

Art. 20. Ao gerente compete indagação da qualidade moral dos pretendentes a transigir com o banco e prover a todos os negocios externos do mesmo.

Art. 21. Cada membro da directoria vencerá annualmente o honorario de oito contos de réis, além dos proventos do art. 40, § 3.º

CAPITULO IV

Da assemblea geral

Art. 22. A assemblea geral é a reunião dos accionistas do banco em numero legal e cujas acções estejam registradas no mesmo com uma antecedencia de 90 dias no minimo.

Art. 23. Para que a assemblea possa funcionar é necessario que se reuna numero tal de accionistas que represente a quarta parte do capital realzado.

Paragrapho unico. Si na 1ª e 2ª convocação da assemblea geral não se reunir numero sufficiente para que ella funcione, proceder-se-ha a nova convocação pelos jornaes, declarando-se nos annuncios de que ella funcionará com qualquer numero de socios presentes.

Art. 24. As assembleas geraes são ordinarias e extraordinarias, e deverão se reunir:

§ 1.º A assemblea geral ordinaria reunir-se-ha uma vez cada anno nos mezes de março, devendo a primeira ter lugar em março de 1892.

§ 2.º As extraordinarias serão convocadas nos seguintes casos:

1.º Quando a directoria julgar conveniente;

2.º Sempre que for requerida por sete ou mais accionistas, que representem pelo menos a quinta parte do capital realzado, podendo sempre a convocação ser feita pelos proprios accionistas, si a directoria e o conselho fiscal se recusarem a fazel-a;

3.º Pelo conselho fiscal, todas as vezes que circumstancias graves o determinarem e que a directoria se recusar a convocar-a em nome do mesmo conselho.

Art. 25. A convocação da assemblea extraordinaria será motivada e na sua reunião não se poderá tratar de assumpto alheio á convocação.

Art. 26. As convocações das assembleas se farão por annuncios nos jornaes, com intervallo de oito dias antes da reunião das mesmas.

Art. 27. Em cada reunião nomeará a assemblea geral, por aclamação e sob proposta do seu presidente, dous membros para servirem de secretarios, a quem fica incumbida a redacção das actas, leitura do expediente e verificação do numero de votos representados pelos accionistas presentes; as deliberações das assembleas serão sempre tomadas *per capita*; si, porém, um ou mais accionistas o requererem, serão tomadas pela representação do capital.

Art. 28. A reunião da assemblea ordinaria tem por fim:

1.º Approvação das actas, relatório e parecer do conselho fiscal;

2.º Eleição dos membros da directoria, quer por terminação do mandato, quer por resignação ou fallecimento de qualquer delles;

3.º Eleição do conselho fiscal e seus supplentes.

Art. 29. Cinco dias antes da reunião da assemblea geral, será annunciada a suspensão de transferencia de acções.

Art. 30. Cada accionista terá direito a um voto por cada cinco acções.

Art. 31. O accionista possuidor de menos de cinco acções não tem direito de voto, mas poderá assistir ás reuniões, propor e discutir o que entender conveniente, a bem dos interesses do banco.

Art. 32. Os accionistas que tiverem as suas acções caucionadas, conservarão o direito de se representar nas assembleas, de votarem e serem votados e de receberem os dividendos das mesmas; salvo communicação prévia ao banco.

Art. 33. O accionista poderá se fazer representar por procuração; as sociedades anonymas e corporações por um de seus directores; as firmas sociaes por um dos socios; as mulheres por seus maridos; os orphãos, menores e interdictos por seus tutores e representantes legaes; devendo os documentos comprobatorios serem apresentados antes da reunião da assemblea geral.

CAPITULO V

Do conselho fiscal

Art. 34. O banco tera um conselho fiscal composto de tres membros effectivos e tres supplentes, os quaes servirão por um anno, menos o primeiro, que será dissolvido ou reeleito na primeira assemblea geral ordinaria de 1892.

Art. 35. Na falta ou impedimento de qualquer dos tres fiscaes effectivos, será convidado um dos supplentes.

Art. 36. Quando por qualquer causa houver impedimento tal, que impossibilite o preenchimento do cargo do conselho, a directoria requererá á Junta Commercial a designação de um accionista para preencher a vaga.

Art. 37. E' da competencia do conselho:

1.º Condiuvar a directoria com seu parecer, todas as vezes que esta necessitar de sua opinião;

2.º Requerer convocação da assemblea geral extraordinaria sempre que occorra, na marcha do estabelecimento, motivos graves que devam ser resolvidos pela mesma assemblea;

3.º Examinar minuciosamente o balanço, estado da caixa e da carteira, para poder fundamentar seu parecer á assemblea geral ordinaria;

4.º Este exame terá lugar dentro do tempo preciso a fim de que o parecer sobre o relatório das operações seja entregue á directoria 30 dias antes da reunião da assemblea.

CAPITULO VI

Do fundo de reserva e distribuição dos lucros

Art. 38. O fundo de reserva, destinado a reparar as perdas que o capital possa soffrer, deve ser formado com a quota minima de 5% tirada dos lucros liquidados do banco, a qual cessará quando o fundo de reserva attingir á terça parte do capital social.

Art. 39. Desde que o fundo de reserva atinja a terça parte do capital realzado antes de estarem integralizadas as acções, a quota referida de 5% poderá ser applicada para integralização das mesmas.

Art. 40. No fim de cada semestre serão retirados dos lucros liquidados do banco:

1.º 5% no minimo para o fundo de reserva;

2.º A somma necessaria para distribuir até 10% de dividendo ao anno, sobre o capital realzado;

3.º A quota de 4% sobre o dividendo distribuido, para ser dividida em partes iguaes pelos membros da directoria.

Art. 41. Dos lucros excedentes, desde que o dividendo atinja 10%, serão retirados 40% para os incorporadores do banco. O que ainda restar será distribuido pelos accionistas como *bonus* até 6% calculado sobre o capital realzado, sendo levado á conta de lucros suspensos o que exceder.

Art. 42. São considerados incorporadores do banco: a 1ª directoria do mesmo, composta dos accionistas: Dr. Francisco da Silva Cunha, Luiz Joaquim dos Santos Lobo, Procopio José dos Reis e Luiz Elycio dos Reis, os quaes gozarão por si ou seus herdeiros legitimos, durante o prazo da duração do banco, dos proventos estipulados no artigo antecedente.

Art. 43. Os dividendos não reclamados serão levados á conta de fundo de reserva, depois do prazo de cinco annos.

CAPITULO VII

Disposições geraes e transitorias

Art. 44. O anno social conta-se de 1 de janeiro a 31 de dezembro, finalizando, porém, o 1º em 31 de dezembro de 1891.

Art. 45. Os accionistas acceitam e reconhecem a responsabilidade que lhes é attribuida pela lei e approvam e conformam-se com estes estatutos e nomeam para a 1ª directoria que deverá terminar o seu mandato em 31 dezembro de 1895 os seguinte senhores:

Dr. Francisco da Silva Cunha.
Tenente-coronel Luiz Joaquim dos Santos Lobo.

Tenente-coronel Procopio José dos Reis.
Luiz Elycio dos Reis.
todos proprietarios e moradores nesta capital.

Art. 46. Para o 1º conselho fiscal e seus supplentes, nomeam os Srs. Jorge da Costa Franco, Manoel Vicente Lisboa, Gabriel Filgueiras, Joaquim T. F. Pennaforte, Miguel de Pino Machado e Alfredo de Barros Madureira, sendo os tres primeiros effectivos e os tres ultimos supplentes.

Art. 47. Todos os casos ommissos nestes estatutos serão regulados pelo que dispõe a lei e a ella se sujeitam os administradores e accionistas deste banco.

Capital Federal, 25 de setembro de 1890.— Os incorporadores do banco, Luiz Joaquim dos Santos Lobo.—Dr. Francisco da Silva Cunha.—Procopio José dos Reis.—Luiz Elycio dos Reis.

N. 1.030—Certifico que foram archivados hoje nesta repartição, sob n. 1.030, em virtude do despacho da Junta Commercial, os estatutos do Banco Brasileiro com os demais documentos exigidos por lei.

Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, 6 de outubro de 1890. — O secretario, Cesar de Oliveira.

Achavam-se inutilizadas as estampilhas do valor de 3\$200.

Companhia de Seguros Protectora dos Operarios

N. 1.037—Certifico que foram archivados hoje nesta repartição, sob n. 1.037, em virtude do despacho da Junta Commercial os estatutos da Companhia de Seguros Protectora dos Operarios com os demais documentos exigidos por lei.

Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, 6 de outubro de 1890. — O secretario, Cesar de Oliveira.

Estava sellado com estampilhas do valor de 5\$200.

ANNUNCIOS

PRIVILEGIOS

JULÉS GÉRAUD, á rua do Rosário n.43, encarega-se de obter privilegios no Brazil e no estrangeiro.

DIARIO OFFICIAL

A assignatura é de 13\$ por anno e de 6\$ por quatro mezes.

Pode ser tomada em qualquer tempo, mas termina sempre nos mezes de abril, agosto e dezembro.

Aos funcionarios publicos retribuidos que autorisarem o desconto de 1\$ mensaes em seus vencimentos, cabe o direito de receber a folha official, de conformidade com o disposto no art. 23 do regulamento de 20 de julho de 1839.